

LORRAINE DASTON

## HISTORICIDADE E OBJETIVIDADE

### Organização

Tiago Santos Almeida

### Tradução:

Derley Menezes Alves

Francine Iegelski

1ª edição

LiberArs  
São Paulo - 2017

## OBJETIVIDADE E A FUGA DA PERSPECTIVA\*

### A objetividade tem uma história?

Nosso uso da palavra “objetividade” (Francês *objectivité*; alemão *Objektivität*) é irremediavelmente mas reveladoramente confuso. Ele se refere a um só tempo a metafísica, métodos e morais. Deslizamos facilmente de sentenças acerca da “verdade objetiva” de uma afirmação científica, para aquelas acerca dos “procedimentos objetivos” que fundamentam um achado, para aquelas acerca da “conduta objetiva” que qualifica um pesquisador. O uso corrente nos permite aplicar a palavra como sinônimo aproximado do empírico (ou, mais especificamente, do factual); do conhecimento empiricamente científico, no sentido de público; da imparcialidade-até-a-auto-obliteração e do controle a sangue-frio das emoções; do racional, no sentido de assentimento compulsório de todas as mentes racionais, estejam alojadas em humanos, marcianos ou corpos angelicais; e para o “realmente real”, isto é, objetos eles mesmos independentes de todas as mentes exceto, talvez, a mente de Deus. Nessas camadas espessas de significados estranhamente combinados – não é autoevidente, por exemplo, o que a repressão das emoções tem a ver com o fundamento ontológico – nosso conceito de objetividade revela sinais de uma história complicada e contingente, muito parecidos com o que as camadas de cerâmica, ruínas de mármore e carros enferrujados dão a conhecer em um sítio arqueológico.

Este artigo foi pensado como uma modesta contribuição para esta ainda nascente história. Na medida em que a objetividade tem sido recentemente tematizada pelos *science studies*, são questões de existência e legitimidade que têm preocupado os debatedores, ao invés das questões históricas. Nem a questão de saber se a objetividade existe ou não (e se existe, quais disciplinas a tem), nem a questão que busca saber se ela é uma coisa boa ou má (tema de

\* Tradução de Derley Menezes Alves. Originalmente publicado como: “Objectivity and the Escape from Perspective”. In: *Social Studies of Science*, vol. 22, n.º. 4, nov. 1992, pp. 597-618.

alguma literatura feminista recente)<sup>1</sup>, serão meu foco aqui. Todos os lados destes vários debates assumiram amplamente que a objetividade é e sempre foi um conceito monolítico imutável, pelo menos desde o século XVII. Tal pressuposto é tão penetrante e aparentemente persuasivo que raramente é sequer enunciado. As poucas obras que mencionam objetividade e história na mesma frase examinam como várias ciências – mecânica, óptica, química, biologia – sucessivamente cruzaram a entrada da objetividade em junções históricas específicas, mas a implicação aqui é que a objetividade não tem ela mesma uma história.<sup>2</sup> Entre os filósofos, aqueles que escreveram analiticamente sobre a objetividade reconhecem (ou exemplificam) as várias lacunas conceituais que dividem seus vários significados, mas todos, não obstante, tratam-na como um dado trans-histórico.<sup>3</sup> Poucos destes estudos recentes, mesmo aqueles mais diretamente preocupados com a objetividade nas ciências ou com o contexto histórico no qual a objetividade supostamente emergiu de uma vez por todas, entretêm seriamente a hipótese de que a objetividade possa ter uma história em andamento intimamente ligada com a história das práticas e dos ideais científicos. Na medida em que a objetividade tem uma história para estas autoras, sejam elas progressistas ultrapassadas ou feministas ultramodernas, o termo tem data de nascimento (normalmente uma data cartesiana, 1637 ou 1644), quando ela supostamente surge em cena completamente crescida e armada até os dentes, como Atena que emergiu da cabeça de Zeus.

Diante de tão espalhada convicção em contrário, seria natural perguntar em que nos fundamentamos para acreditar que a objetividade nas ciências tem uma história. As camadas conceituais que mencionei são uma pista desta história, mas exemplos concretos são necessários para tornar a afirmativa ao mesmo tempo interessante e plausível. No que segue esboçarei um episódio na

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, Susan Bordo, *The Flight to Objectivity: Essays on Cartesianism and Culture* (Albany: State University of Nova Iorque Press, 1987), e Evelyn Fox Keller, *Reflections on Gender and Science* (New Haven, CN: Yale University Press, 1985).

<sup>2</sup> Aqui estou pensando especialmente no clássico de Charles C. Gillespie *The Edge of Objectivity: An Essay in the History of Scientific Ideas* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1960), que é uma história de como e quando várias ciências alcançaram a objetividade, em vez de uma história da própria objetividade.

<sup>3</sup> Ver Karl Popper, *Objective Knowledge: An Evolutionary Approach* (Oxford: Oxford University Press, 1973), Richard Rorty, *Philosophy and the Mirror of Nature* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979); Thomas Nagel, *The View from Nowhere* (Oxford: Oxford University Press, 1986); R.W. Newell, *Objectivity, Empiricism and Truth* (London: Routledge & Kegan Paul, 1986) e Helen E. Longino, *Science as Social Knowledge: Values and Objectivity in Scientific Inquiry* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990).

história da objetividade – a saber, o surgimento do ideal que chamarei “objetividade aperspectivística” no século XIX.

A objetividade aperspectivística tem sido louvada como “um método de compreensão... uma visão ou forma de pensamento é mais objetiva que outra se tem seu fundamento menos nas especificidades do conjunto composto pelo indivíduo e sua posição no mundo, ou nas características do tipo particular de criatura que ele é”<sup>4</sup>; ela também tem sido censurada por

excluir... percepções que podem nos enganar; o corpo, com suas fragilidades; a sociedade, com suas pressões e interesses específicos; memórias, que podem desvanecer-se; imagens mentais, que podem diferir de pessoa para pessoa e imaginação – especialmente metáfora e metonímia –, que não se encaixam no mundo exterior objetivamente dado.<sup>5</sup>

Embora a objetividade aperspectivística seja apenas um dos componentes de nosso conceito em camadas da objetividade, e um relativamente recente, ele domina nosso uso corrente. De fato, é difícil para nós falarmos sobre objetividade sem listar a metáfora da perspectiva ou variantes como “ponto de vista”, “ausência de centro”, “recuando”, “subindo para fora de nossas próprias mentes” ou o brilhante oxímoro de Thomas Nagel “visão a partir de lugar nenhum”. A objetividade aperspectivística é tanto conceitualmente quanto – como pretendo mostrar – historicamente distinta do aspecto ontológico da objetividade, que busca a estrutura última da realidade e do aspecto mecânico da objetividade que proíbe julgamento e interpretação ao se relatar e representar resultados científicos.<sup>6</sup> Enquanto que a objetividade ontológica trata do mundo, e a objetividade mecânica da supressão da propensão universal humana de julgar e estetizar, a objetividade aperspectivística trata da eliminação de idiosincrasias individuais (ou ocasionalmente coletivas, como no caso de estilos nacionais ou antropomorfismos). Embora todas estas idiosincrasias tenham sido marcadas com o pincel da subjetividade no século XIX, elas nem sempre significam desvantagens: a habilidade de detectar uma substância fracamente luminescente a olho nu é uma idiosincrasia do mesmo modo que um tempo de resposta mais lento também o é. Como todos os aspectos da noção corrente de objetividade, a objetividade aperspectivística é, nos dias de hoje, associada em primeiro lugar com as ciências naturais: tanto

<sup>4</sup> Nagel, *View*, op. cit. nota 3, 4-5.

<sup>5</sup> George Lakoff, *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind* (Chicago, IL & London: The University of Chicago Press, 1987), 183.

<sup>6</sup> Sobre a objetividade ontológica e sua forma moderna ver Newell, *Objectivity*, op. cit. nota 3, 16-38; sobre a objetividade mecânica, ver Lorraine Daston e Peter Galison, “The Image of Objectivity”, a ser publicado em *Representations*.

sua possibilidade quanto desejabilidade têm sido controversas nas ciências sociais desde a virada deste século; e, em muito da recente literatura filosófica, sua ausência é encarada como um sinal de ética.<sup>7</sup>

Nem sempre foi assim. Minha tese é que a objetividade aperspectivística fez sua primeira aparição não nas ciências naturais, mas na filosofia moral e estética da segunda metade do século XVIII. Não apenas ela não figurava de modo proeminente no credo dos cientistas naturais do período; sua aplicação seria incompatível com o regime de competências e hierarquia que caracterizavam a prática científica. Somente em meados do século XIX a objetividade aperspectivística foi importada e naturalizada para o *ethos* das ciências naturais, como resultado de uma reorganização da vida científica que multiplicou os contatos profissionais em todos os níveis, das comissões internacionais aos laboratórios cheios de profissionais. A objetividade aperspectivística tornou-se um valor científico quando a ciência passou a consistir principalmente em comunicações que atravessavam fronteiras de nacionalidade, treinamento e habilidade. De fato, a essência da objetividade aperspectivística é a comunicabilidade, reduzindo o alcance do conhecimento genuíno para coincidir com aquele do conhecimento público. Em casos extremos, a objetividade aperspectivística pode até sacrificar conhecimento mais acurado ou profundo às demandas da comunicabilidade.

Meu argumento em defesa dessas afirmações tem quatro partes. Primeiro, apresentarei um breve panorama dos sentidos da objetividade no fim do século XVIII e começo do XIX, de modo a estabelecer que aquilo que chamei de objetividade aperspectivística não aparece entre eles. Em seguida, examinarei os argumentos estéticos de Shaftesbury, Hume e Adam Smith, nos quais, *inter alia*, o conceito aparece mais desenvolvido. A partir disso, passo a considerar a situação nas ciências naturais, contrastando as tentativas do século XIX de eliminar todos os traços pessoais com práticas anteriores. Finalmente, concluirei com algumas reflexões sobre como e porque a objetividade aperspectivística assumiu sobretons morais.

<sup>7</sup> Quanto às ciências sociais, ver Max Weber, "Die 'Objektivität' sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis" (1904), em Johannes Winckelmann (ed.), *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (Tübingen: J.C.B. Mohr, 3rd edn, 1968), 146-214, e Robert Proctor, *Value-Free Science?* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992); quanto à ética, ver Bernard Williams, "The Scientific and the Ethical", em S.C. Brown (ed.), *Objectivity and Cultural Divergence* (Cambridge: Cambridge University Press, 1984), 209-28. Para uma discussão acerca do ressurgimento da ética "objetiva", ver Samuel Scheffler, "Objectivity", *London Review of Books*, Vol. 12, No. 7 (13 de setembro 1990), 9-10.

## O que significa objetividade

Os termos "objetivo" e "subjetivo" eram nativos da filosofia escolástica, onde eles significavam algo um tanto quanto diferente do que significam agora: "objetivo" pertencia principalmente aos objetos do pensamento, ao invés daqueles do mundo externo. Estes termos tinham sentido ontológico, não epistemológico, na discussão medieval tardia dos universais, além de possuírem um sabor agostiniano: objetos verdadeiramente reais eram as ideias na mente divina.<sup>8</sup> Traços do sentido escolástico de objetividade podem ser encontrados em Descartes, que escreveu sobre gradações de "realidade objetiva" contidas em várias ideias<sup>9</sup>, e de fato, em muitas fontes filosóficas do século XVIII, pelo menos em alemão e inglês. Em francês, *objectif* por muito tempo competiu com *positif*, praticamente pelo mesmo território semântico; no século XVIII a definição primária de *objectif* era a parte do microscópio que tem o mesmo nome em inglês, com uma definição secundária, ontológica, denotando aproximadamente "graus de realidade intrínseca (enquanto oposto à realidade 'formal' ou efetiva)"<sup>10</sup>.

Todos estes usos medievais e do começo da modernidade pertencem à palavra "objetividade", suas variantes e cognatos, e não necessariamente coincidem com práticas e ideais que reconhecemos hoje como partes de (ou pelo menos aparentadas com) nossa concepção de objetividade. Por exemplo, os códigos de imparcialidade e desinteresse desenvolvidos pelos juristas nesse período claramente capturam algumas das conotações da objetividade em nosso sentido<sup>11</sup>, embora ainda não fizessem par com a palavra "objetividade". Além disso, como mostra Peter Dear, algumas dessas noções legais, junto com procedimentos legais para avaliação de testemunhos, foram importados para a

<sup>8</sup> Para exemplos de significados escolásticos, ver o artigo "Objective" no *Oxford English Dictionary*; sobre a influência de Agostinho, ver John F. Bowler, "Intuitive and Abstract Cognition", em Norman Kretzmann, Anthony Kenny and Jan Pinborg (eds), *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1982), 460-78.

<sup>9</sup> Ver especialmente a Meditação III, em René Descartes, *Meditationes de prima philosophia* (1641); também Calvin Normore, "Meaning and Objective Meaning: Descartes and His Sources", em Amelie Oksenberg Rorty (ed.), *Essays on Descartes' Meditations* (Berkeley, CA: University of California Press, 1986), 223-42, e a contribuição de Peter Dear a este Simpósio, "From Truth to Disinterestedness in the Seventeenth Century", *Social Studies of Science*, Vol. 22 (1992), 619-31.

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, o artigo "Objectif", *Dictionnaire de Trevoux* (Paris, 1762).

<sup>11</sup> Sobre o *ethos* profissional do desinteresse entre advogados ver Lucien Kapik, "Le Desintéressement", *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, Vol. 44 (maio-jun. 1989), 733-51.

primeira filosofia moderna.<sup>12</sup> Ainda assim, é importante saber quando palavra e coisa se encontram, pois a escolha de que palavra ligar a que coisa nunca é arbitrária. Quando, por volta da virada do século XIX, a palavra “objetividade” havia absorvido os sentidos jurídicos de imparcialidade junto com as associações filosóficas envolvendo objetos físicos externos, ela não perdeu sua penumbra ontológica mais antiga. É este longo processo de acréscimo e absorção que causa a estrutura em camadas da noção de objetividade, e é problema do historiador explicar quando e como se tornou possível hospedar tais associações de significados tão díspares sob o mesmo teto linguístico. É por isso que a história da objetividade deve oscilar entre palavra e coisa, prestando atenção em ambas. Uma história da palavra sem a coisa corre o risco de degenerar em etimologia; uma história da coisa sem a palavra corre o risco de anacronismo.

Alguns textos filosóficos do século XVIII e começo do XIX (a palavra, senão a coisa mesma, sendo propriedade exclusiva de filósofos e teólogos durante este período) servirão para ilustrar o significado ontológico do termo. Em 1744, o Bispo Berkeley ainda podia invocar os sentidos escolásticos do termo sem paradoxo ou redundância: “Fenômenos naturais são apenas aparências naturais. Eles são, portanto, tais como os vemos e percebemos: Suas naturezas objetivas são, portanto, as mesmas”<sup>13</sup>; aqui, “objetivo” significa o que é percebido, e isto é em princípio distinguível do “real”. Mas C.A. Crusius, escrevendo em 1747, registra uma mudança de sentido próxima do sentido moderno, ao passo que preserva os tons mais antigos, teológicos:

Divide-se a verdade em objetiva ou metafísica [*objektive oder metaphysische*], que não é outra coisa senão a realidade ou possibilidade do objeto mesmo... e em subjetiva ou logicalística [*subjektive oder logikalische*], que é a verdade em uma mente existente.... Toda verdade objetiva é, desse modo, subjetiva na mente divina.<sup>14</sup>

Aqui está uma variante reconhecível de nossa versão externo/interno da distinção subjetivo/objetivo, pelo menos no que diz respeito a mentes mortais.

<sup>12</sup> Ver Dear, *op. cit.* nota 9; também Steven Shapin e Simon Schaffer, *Leviathan and the Air Pump. Hobbes, Boyle, and the Experimental Life* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1985).

<sup>13</sup> George Berkeley, *Siris* (1744), Seção 292, citada no artigo *OED* “Objective”, *op. cit.* nota 8.

\* *Logicalistic* no original. Optamos por uma alternativa que contemple esta pequena variação no termo. (N. do T.)

<sup>14</sup> C.A. Crusius, *Weg zur Zuverlässigkeit und Gewißheit der menschlichen Erkenntnis* (1747), em G. Tonelli (ed.), *Die philosophischen Hauptwerke* (Hildesheim: Georg Olms, 1965), Vol. 3, 95.

Estas são citações coletadas mais ou menos aleatoriamente, e elas dão testemunho, ao invés de fixarem sentidos para a palavra “objetividade” durante este período. Foi Kant que se apropriou do velho derivado escolástico *objektiv* como termo técnico, dando-lhe novo sopro de vida como conceito chave em filosofia, embora um conceito ainda bastante diverso do nosso. A “validade objetiva” (*objektive Gültigkeit*) de Kant não diz respeito a objetos externos *in se*, mas sim a categorias relacionais (tais como tempo, espaço e causalidade) que são as precondições da experiência.<sup>15</sup> Para nossos propósitos, o uso de Kant do termo é menos importante do que sua adoção e adaptação por seguidores menos brilhantes, como Samuel Taylor Coleridge. Foi Coleridge que parece ter reintroduzido o termo no uso filosófico inglês em 1817, e foi sua incompreensão criativa de Kant que cristalizou uma oposição entre objetivo e subjetivo que podemos pelo menos reconhecer, se não aceitar por completo:

Agora a soma de tudo aquilo que chamamos apenas de OBJETIVO chamaremos doravante NATUREZA, confinando o termo a seu sentido passivo e material, compreendendo todos os fenômenos pelos quais sua existência se torna conhecida por nós. Por outro lado, a soma de tudo aquilo que é SUBJETIVO, devemos compreender sob o nome EU [*SELF*] ou INTELIGÊNCIA. Ambas as concepções estão em necessária antítese. A inteligência é concebida como exclusivamente representativa, a natureza como exclusivamente representada; uma como consciente; a outra como sem consciência.<sup>16</sup>

Este passeio pelos usos da palavra “objetividade” e suas variantes inglesas, francesas e alemãs ao longo do século XVIII e XIX (todos derivados e depois divergindo da terminologia latina do escolasticismo) pretende marcar três pontos. Primeiro, “objetividade” dizia respeito à ontologia e, depois de Kant, em alguma medida à epistemologia de viés transcendental. Tinha pouco ou nada a ver com distanciamento emocional, controle do julgamento, método e medida ou confiabilidade empírica. Segundo, seu oposto inseparável, a subjetividade no sentido do mental, ainda não havia se tornado tema de arrependimento ou reprovação. Pelo contrário: Coleridge caracteriza nossa crença instintiva na existência das coisas independentes de nós como “preconceito” e pensava que “a maior perfeição da filosofia natural consistiria

<sup>15</sup> Immanuel Kant, *Kritik der reinen Vernunft* (1781, 1787), A201-02/B246-47 *et passim*; Kant usa a palavra *Gegenstand* para denotar a realidade dos objetos externos (como oposta à objetividade das concepções dos objetos). Ver Henry E. Allison’s *Kant’s Transcendental Idealism* (New Haven, CN & London: Yale University Press, 1983), 134-55, para uma lúcida discussão acerca da distinção.

<sup>16</sup> Samuel Taylor Coleridge, *Biographia Literaria* (1817), ed. J. Shawcross, 2 Vols (Oxford: Oxford University Press, 1973), Vol. 1, 174.

na perfeita espiritualização das leis da natureza em leis da intuição e do intelecto”<sup>17</sup>. Terceiro, a metáfora perspectivística que tanto permeia nossas discussões da objetividade não está (por assim dizer) à vista em lugar algum.<sup>18</sup>

### Flexibilidade Perspectivística

Isto não quer dizer que a perspectiva e seu séquito de metáforas estavam ausentes das discussões filosóficas durante este período – apenas que não estavam ainda ligadas a objetos, quer dizer, aos problemas filosóficos e científicos de descrever e compreender o mundo natural. Antes, a divergência, integração e transcendência das perspectivas individuais eram a província da filosofia moral e da estética (a exceção mais notável é a metafísica completamente perspectivística de Leibniz da *Monadologia* [1714], mas este permanece como um caso isolado). Aqui o problema de reconciliar pontos de vista individuais acerca do mesmo assunto emerge por completo, com o complemento das virtudes que agora atribuímos à objetividade (mas não ainda ligados a este termo): distanciamento, imparcialidade, desinteresse, mesmo a autossupressão – todos listados para tornar possível o conhecimento público, partilhado. Entretanto, os assuntos que demandam estas virtudes não são as medições de posição de um cometa ou observações químicas, mas sim o mérito dramático de uma comédia romana ou a honradez em se aceitar elogio imerecido. As discussões acerca da perspectiva nos séculos XVIII e XIX concordam quanto aos meios (desindividualização, distanciamento emocional) e quanto aos fins (conhecimento universal de um tipo ou outro), mas lidam com objetos bem diferentes: afirmações morais e estéticas de um lado e científicas de outro.

Dados os limites de espaço e tempo, alguns poucos exemplos tirados da literatura sobre moral e estética do século XVIII devem bastar para marcar tal

<sup>17</sup> Ibid., 178, 175.

<sup>18</sup> Eu sei que existe uma literatura filosófica específica que atribui uma forma de objetividade aperspectivística a Descartes: ver, por exemplo, Bernard Williams, *Descartes: The Project of Pure Enquiry* (Hassocks, Sussex: Harvester Press, 1978), 69-70; ou Karsten Harries, “Descartes, Perspective, and the Angelic Eye”, *Yale French Studies*, No. 49 (1973), 28-42. Não posso aqui lidar com tais afirmações com o detalhe que elas merecem. Entretanto, acredito que elas são o resultado da concentração errônea de toda a história da objetividade em um único momento, projetando assim sentidos e metáforas atuais em usos pretéritos. Aqui basta notar que as preocupações epistemológicas de Descartes dizem respeito a toda espécie humana, não a indivíduos, e que (contrastando, por exemplo, com as discussões de Montaigne sobre costumes e moral) a metáfora perspectivística raramente é invocada.

contraste com vividez. Todos aqueles que defendem a existência de padrões universais do belo, como Shaftesbury e Hume, recorreram à linguagem da perspectiva individual e da autossupressão. Considere a advertência de Hume quanto ao julgamento das obras de arte:

De modo semelhante, quando qualquer obra é endereçada ao público, embora eu deva ter amizade ou inimizade com o autor, devo me afastar dessa situação e, considerando a mim mesmo como um homem em geral, esquecer, se possível, meu ser individual e circunstâncias peculiares. Uma pessoa influenciada pelo preconceito não coopera com tal condição, mas, obstinadamente mantém sua posição natural, sem se colocar naquele ponto de vista que o desempenho pressupõe... deste modo seus sentimentos se pervertem; tampouco as mesmas belezas e falhas o influenciam do mesmo modo, como se ele tivesse imposto uma apropriada violência a sua imaginação de modo a esquecer de si mesmo por um momento. Até aqui seu gosto evidentemente se afasta do verdadeiro padrão, conseqüentemente perdendo todo crédito e autoridade.<sup>19</sup>

Temos aqui quase todos os elementos da objetividade aperspectivística: as peculiaridades da posição natural de um indivíduo devem ser subjugadas mediante o “esquecimento” de si mesmo de modo a se atingir “o verdadeiro padrão”. Mas o verdadeiro padrão aqui é aquele da “beleza católica e universal”, não o da natureza material.

A versão estética de Hume da objetividade aperspectivística também se afasta da versão científica tardia em outro elemento importante: Hume recomenda que o crítico cultive uma flexibilidade perspectivística, a habilidade de assumir uma miríade de outros pontos de vista, ao invés da total fuga da perspectiva implicada pela “visão a partir de lugar nenhum”. Entretanto, a passagem dessa virtuosidade empática rumo a objetividade desapegada foi curta, e não exigiu abandonar o domínio humano pelo natural. A *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759), de Adam Smith, nos faz dar passos adicionais, dos puxões e repuxões psicológicos da simpatia, que nos transplantam ainda que parcialmente para as mentes e corações de nossos semelhantes, rumos às demandas mais elevadas de uma imparcialidade idealizada que transcende todos os pontos de vista particulares. As primeiras exigências de um senso moral vêm da simpatia irresistível e recíproca que leva o espectador a sentir algo da angústia do sofredor, e o sofredor a se aproximar da fria indiferença do espectador. Entretanto, a média psicológica de simpatia entre sofredor e

<sup>19</sup> David Hume, “Of Standards of Taste”, in *Philosophical Works*, 4 Vols. (Edimburgo, 1826), Vol. 3, 271. (N. do T.: Usamos aqui a tradução a partir da edição topbooks dos ensaios de Hume.)

espectador pode ser suficiente para produzir concórdia social, mas não uma completa moralidade do dever e da justiça. A simpatia sozinha estimula apenas o desejo por louvor; um senso de dever e justiça nos impele além, rumo ao desejo mais elevado de sermos dignos de louvor. A primeira funciona somente sob condições de sociabilidade e vigilância social; o segundo escrutina intenções e também ações, e requer autopolicimento. Embora um leitor atento possa achar uma lacuna de argumentação entre a psicologia de Smith do espectador imparcial e sua deontologia do “homem-dentro-do-peito” [*man-within-the-breast*], aparentemente o próprio Smith via apenas um *continuum*. Há uma intensificação progressiva dos adjetivos utilizados para descrever o espectador imparcial que gradualmente o elevam acima da identidade concreta, ascendendo do “espectador indiferente” ao “grande juiz e árbitro”. Usando as designações quase como sinônimas, Smith transformou o “espectador imparcial” de carne e osso, que assume simpaticamente qualquer e todos os pontos de vista, no desencarnado “homem-dentro-do-peito”, que se eleva acima de todos os pontos de vista particulares. A linguagem perspectivística é do próprio Smith:

De modo semelhante, para as paixões egoístas e originais da natureza humana, a perda ou ganho de um pequeno interesse nosso, parece ser de importância mais vasta, desperta alegria ou tristeza mais apaixonada, desejo e aversão mais ardente do que os interesses mais importantes de outrem com quem não temos conexão particular alguma. Seus interesses, na medida em que são avaliados a partir desse ponto, não podem ser colocados em equilíbrio com relação aos nossos próprios... antes que possamos fazer comparações adequadas daqueles interesses opostos, devemos mudar nossa posição. Não devemos vê-los a partir de nossa perspectiva nem da perspectiva do outro, mas do lugar e com os olhos de uma terceira pessoa, que não tem conexão particular com nenhum deles, e que julga com imparcialidade, entre nós.<sup>20</sup>

Como Hume em sua estética, Smith atribui os desvios em relação ao “verdadeiro” padrão moral aos preconceitos de uma perspectiva inadequada, o interesse próprio sendo ao mesmo tempo a pior e mais comum dessas distorções perspectivísticas. Nesse contexto, os cientistas eram considerados exemplares pelos filósofos perspectivistas do século XVIII, não porque se presumia que a ciência fosse livre de perspectivas particulares – ou seja, “objetiva” em nosso sentido tardio. Ao invés disso, cientistas eram reverenciados como modelos da virtude do desinteresse, tanto no sentido

<sup>20</sup> Adam Smith, *The Theory of Moral Sentiments* (1759), eds. D.D. Raphael e A.L. Macfie (Oxford: Oxford University Press, 1976), 135.

imediatamente de renúncia aos ganhos egoístas quanto no sentido mais remoto de permanecer sereno diante da apatia e desprezo do público. Shaftesbury tomava a alegria contemplativa do matemático como paradigma para todos os impulsos estéticos e morais que abandonaram o “interesse particular” e o “bem-próprio”<sup>21</sup>; Adam Smith admirava a indiferença do matemático e do filósofo natural diante de opiniões públicas adversas como sendo parecida com a indiferença do sábio injustamente condenado por ações às quais ele teve que se moldar por serem “regras exatas de perfeita correção”. Em contraste com as disputas sem fim dos poetas, tendo em vista elevar as próprias reputações, Smith acreditava que matemáticos e filósofos naturais seriam “quase sempre homens da mais amigável simplicidade de modos, que viviam em harmonia entre si”.<sup>22</sup> A visão sanguínea de Smith acerca dos eruditos se baseava numa leitura claramente crédula dos elogios acadêmicos de Fontenelle,<sup>23</sup> e era por vezes absurdamente equivocada, como quando conjecturava que Newton era tão indiferente quanto à recepção do público dos *Principia* que sua “tranquilidade... nunca sofreu, quanto a este aspecto, uma interrupção de um único quarto de hora”.<sup>24</sup> Entretanto, para nossos propósitos, a precisão dessa imagem do cientista desinteressado é menos importante do que sua ampla circulação e suas bases putativas. Matemáticos e, em menor medida, filósofos naturais eram supostamente desinteressados porque indiferentes à opinião pública, e eram indiferentes porque a certeza total ou aproximada de suas “demonstrações” os libertavam de avaliações baseadas em “uma certa delicadeza do gosto”. Deste modo, não era tanto a universalidade ou a materialidade física do assunto científico nem a certeza dos argumentos científicos (mesmo se evidentes inicialmente apenas para seus autores) que asseguravam aos cientistas um certo distanciamento invejável aos olhos dos filósofos morais.

Entretanto, o desinteresse ainda não era a objetividade aperspectivística em sua forma completa. Como vimos, o conceito tardio não era desconhecido de pensadores do século XVIII, mas seu solo nativo era a estética e,

<sup>21</sup> Anthony, Earl of Shaftesbury, *Characteristics of Men, Manners, Opinions, Times, etc.* (1711), ed. John M. Robertson, 2 Vols. (London, 1900), Vol. 1, 296.

<sup>22</sup> Smith, *Moral Sentiments*, op. cit. nota 20, 125.

<sup>23</sup> Sobre o tema do desinteresse nos elogios acadêmicos, ver Charles B. Paul, *Science and Immortality: The Eloges of the Paris Academy of Sciences (1699-1791)* (Berkeley, CA: University of California Press, 1980) e Dorinda Outram, “The Language of Natural Power: The ‘Eloges’ of George Cuvier and the Public Language of Nineteenth-Century Science”, *History of Science*, Vol. 16 (1978), 153-78. Quanto à importância da imparcialidade entre os intelectuais do iluminismo, ver Lorraine Daston, “The Ideal and Reality of the Republic of Letters in the Enlightenment”, *Science in Context*, Vol. 4 (1991), 367-86.

<sup>24</sup> Smith, *Moral Sentiments*, op. cit. nota 20, 124.

especialmente, a filosofia moral, não as ciências naturais. É neste reino moral, não naquele da objetividade ontológica, que o subjetivo – ou o “privado”, como era comumente e reveladoramente chamado – adquiriu um odor desagradável. Kant podia usar “subjetivo” e “empírico”, menosprezando ambos os termos, antepondo a eles um “meramente”, como quase sinônimos no seu tratamento do dever, tão distante era sua concepção moral da objetividade das ciências naturais. Ainda assim, há uma passagem emblemática e incomum na primeira *Kritik* de Kant que anuncia esta mudança no sentido da objetividade para conhecimento público. Distinguindo entre “bases objetivas” para e “causas subjetivas” da crença, Kant ligava a verdade de uma ideia (“concordância com o objeto”) com a comunicabilidade da ideia: “A pedra de toque da crença [*Fürwahrhalten*], seja convicção [objetiva] ou mera persuasão [subjetiva], é, pois, externamente, a possibilidade de comunicá-la”, pois a comunicabilidade é possível tanto pela racionalidade compartilhada das mentes quanto pelo objeto compartilhado ao qual a ideia se refere. Kant era cuidadoso ao apontar que a comunicabilidade em si mesma era apenas um “meio subjetivo” para superar a privacidade do próprio julgamento, e não seria suficiente para criar persuasão completa, “objetiva”.<sup>25</sup> Entretanto, a combinação feita por Kant de sentido ontológico de um objeto, sentido epistemológico de uma razão compartilhada e o sentido social de informação compartilhada sob a rubrica do “objetivo”, convidava a borrar estas distinções e provou-se profético de coisas por vir. Na segunda metade do século XIX, a objetividade aperspectivística havia deslocado (embora não substituído por completo) a objetividade ontológica no discurso filosófico, e as ciências naturais foram elevadas ao status de sua realização mais completa.

### Objetividade Aperspectivística como Objetividade Científica

Os vários tipos de objetividade podem ser classificados pelas diferentes subjetividades às quais se opõem. Em meados do século XIX, a objetividade ontológica veio a se opor à consciência *per se*, e a objetividade mecânica se opôs à interpretação.<sup>26</sup> A objetividade aperspectivística atribuída à ciência do

<sup>25</sup> Kant, *Kritik*, op. cit. nota 15, A820-22/B848-50.

<sup>26</sup> Ver Daston & Galison, op. cit. nota 6. A diferença entre objetividade perspectivística e objetividade mecânica é colocada em foco mediante as contrastantes reações à fotografia. A foto é o emblema da objetividade mecânica, pois parece ser uma transcrição da natureza, livre da intrusiva interferência humana. Mas a objetividade perspectivística rejeita a fotografia porque ela preserva “o ângulo de visão pouco comum, o corte aparentemente aleatório que (...) podem ser compreendidos como meios para ressaltar a presença necessária de um distinto sujeito percebido, de

fim do século XIX se opunha à subjetividade das idiosincrasias individuais, que substituíram os interesses individuais e “situações” analisadas pelos perspectivistas morais do século XVIII. Assim como a transcendência dos pontos de vista individuais em deliberação e ação pareciam precondição para uma sociedade justa e harmoniosa para os moralistas do século XVIII, de modo semelhante a transcendência destas mesmas coisas na ciência pareciam, para alguns filósofos do século XIX, precondição para uma comunidade científica coerente. A existência de tal comunidade, se estendendo no tempo e espaço, por sua vez, parecia uma precondição para – ou eventualmente uma garantia para – atingir a verdade científica.

Charles Sanders Peirce concebia esta forma necessariamente comunal de busca da verdade enquanto procedimento mediante a anulação simétrica de erros individuais:

O indivíduo pode não viver para alcançar a verdade; há um resíduo de erro em toda opinião individual. Não importa, permanece o fato de que há uma opinião definida para qual a mente do homem, no todo e a longo prazo, se inclina... esta opinião final, então, é independente, não do pensamento em geral, mas de tudo que é arbitrário ou individual em pensamento; é de fato independente de como você, eu, ou qualquer quantidade de pessoas pensem.

O objetivamente real não é aquilo que elimina o mental, mas o que elimina idiosincrasias individuais através de prolongada “aferição” de pontos de vista pela comunicação.<sup>27</sup> A comunicação científica também jaz próxima ao coração da concepção de Gottlob Frege da objetividade, apesar de sua reputação de metafísico platônico. Frege se opunha a um tratamento psicológico da lógica, pois este tornaria a comunicação científica impossível: “Assim, eu também posso reconhecer pensamentos como independentes de mim. Outros homens podem compreender tanto quanto eu: posso supor uma ciência com a qual, na pesquisa, muitos possam se engajar”.<sup>28</sup>

um ponto de vista individual peculiar”: Charles Rosen and Henri Zerner, *Romanticism and Realism. The Mythology of Nineteenth-Century Art* (Nova Iorque: Viking, 1984), 110

<sup>27</sup> Charles Sanders Peirce, “A Critical Review of Berkeley’s Idealism” (1871), em Philip Wiener (ed.), *Values in a Universe of Chance. Selected Writings of C.S. Peirce (1839-1914)* (Nova Iorque: Dover, 1958), 81-83.

<sup>28</sup> G. Frege, “Thoughts”, em Peter Geach (ed.), *Logical Investigations* (New Haven, CN: Yale University Press, 1977), 8-9; citado em Thomas G. Ricketts, “Objectivity and Objecthood: Frege’s Metaphysics of Judgment”, em L. Haaparanta and J. Hintikka (eds), *Frege Synthesized* (Dordrecht: Reidel, 1986), 65-95.

Pierce e Frege são testemunhas filosóficas das mudanças nas práticas científicas que provocaram mudanças correspondentes nos ideais científicos em meados do século XIX. A escala e organização do trabalho científico cresceu e se tornou mais complexa: mais pessoas com treinamentos ainda mais diversos mantinham entre si contato com mais frequência do que antes. A ciência tem sido colaborativa, pelo menos em princípio, desde o século XVII<sup>29</sup>, e o cosmopolitismo era o *leitmotiv* da ciência do Iluminismo<sup>30</sup>. Mas a República das Letras do século XVIII ainda não era uma comunidade científica no sentido moderno: as academias podiam até ter permutado procedimentos, e houve casos de colaboração internacional como a observação do trânsito de Vênus em 1761, mas os laços comunicativos reais eram amizades (ou inimizades) entre cientistas individuais, alimentados por correspondências da vida inteira. Estas eram ligações altamente seletivas estabelecidas por pares, e mesmo se a relação nunca progredisse de parceiros de cartas para encontros cara a cara, as correspondências frequentemente evoluíam de cordiais para íntimas, com revelações pessoais espalhadas em meio a descobertas científicas<sup>31</sup>. Em contraste, os contatos que soldaram o mundo científico do século XIX eram mais numerosos, heterogêneos e impessoais, embora nunca tenham afastado inteiramente as amizades científicas. Em comparação com todas as associações confortáveis envolvendo *Gemeinschaft* [comunidade] na expressão "comunidade científica", as relações efetivas que soldavam tudo isso se tornaram cada vez mais estreitas e formais.

Mas soldados eles estavam, não somente pelas vigas invisíveis que se estendiam através das fronteiras linguísticas e nacionais na forma de revistas internacionais, comissões e congressos, mas também pelos filamentos que entrecruzavam níveis de habilidade, status e treino dentro de e entre laboratórios e postos de observação. Artigos circulavam através de oceanos e continentes, medições eram trocadas, observações computadas, instrumentos calibrados, unidades e categorias padronizadas. Esta azáfama de comunicação

<sup>29</sup> Ver, por exemplo, as visões bastante típicas de Marin Mersenne quanto a necessidade de cooperação científica: *Questions inouyes ou Recreations des Scavans* (Paris, 1634), Q.30.

<sup>30</sup> Sobre a ascensão e queda do cosmopolitismo científico do Iluminismo, ver Daston, "Ideal and Reality", op. cit. nota 23, e Lorraine Daston, "Scientific Neutrality and Nationalism under Napoleon", em T. Frangsmyr (ed.), *Solomon's House Revisited* (Canton, MA: Science History Publications, 1990), 95-119.

<sup>31</sup> Por exemplo, a correspondência entre os eletricitistas Charles Dufay e Stephen Gray, ou aquela entre os naturalistas A. Jussieu e Joseph Banks. Sobre a ausência de uma comunidade científica no século XVIII, ver Wolf Lepenies, *Between Science and Literature: The Rise of Sociology*, trad. R.J. Hollingdale (Cambridge: Cambridge University Press, 1988), 2.

científica foi possível, em parte, graças a sistemas melhores de correios, ferrovias, telégrafos etc., embora não tenha sido causado por estas tecnologias. Tampouco foi simplesmente o resultado da uniformidade da natureza, possibilitando que muitos observadores esparsos comparassem notas sobre fenômenos universais. Não havia nada de inevitável sobre a comunicação científica; ela requeria trabalho duro a cada passo: novos instrumentos e novos métodos de análise de dados eram condição para amalgamar medições feitas por observadores distantes entre si;<sup>32</sup> comissões internacionais se encontravam e disputavam sobre os padrões e definições que tornariam comparáveis os resultados de, digamos, pesquisas estatísticas ou elétricas;<sup>33</sup> o trabalho científico teve que ser dividido e disciplinado para equalizar diferenças de habilidade e treinamento.<sup>34</sup> Os próprios fenômenos tiveram que ser podados e filtrados, pois alguns eram muito variáveis ou caprichosos para viajar bem. Já no século XVIII, haviam começado a editar os fatos em nome da sociabilidade científica<sup>35</sup>; em meados do século XIX, a redução da natureza ao comunicável havia se tornado prática padrão entre cientistas. Seria um exagero, mas não uma distorção, afirmar que a comunicação científica foi a pré-condição para a uniformidade da natureza e não o contrário.

Este é o contexto no qual a objetividade aperspectivística se tornou o credo dos cientistas, o ideal que correspondia à prática da comunicação quase constante e impessoal. Conforme afirma Theodore Porter, certas formas de quantificação tornaram-se aliadas da objetividade não por terem necessariamente espelhado a realidade de modo mais acurado, mas por servirem ao ideal da comunicabilidade, especialmente através das barreiras da distância e desconfiança.<sup>36</sup> A objetividade aperspectivística era o *ethos* do observador intercambiável e portanto desprovido de traços distintivos – sem

<sup>32</sup> Zeno J. Swijtink, "The Objectification of Observation", em Lorenz Krieger et al. (eds), *The Probabilistic Revolution*, 2 Vols (Cambridge, MA: MIT Press, 1987), Vol. 1, 261-85.

<sup>33</sup> Sobre a padronização das categorias estatísticas, ver Alain Desrosieres and Laurent Thevenot, *Les Catégories socioprofessionnelles* (Paris: La D&couverte, 1988); sobre as unidades elétricas, ver Simon Schaffer, "A Manufactory of Ohms: The Integrity of Victorian Values", texto apresentado no Workshop de História da Ciência da UCLA (Outono 1989).

<sup>34</sup> Simon Schaffer, "Astronomers Mark Time", *Science in Context*, Vol. 2 (1988), 115-46.

<sup>35</sup> Lorraine Daston, "The Cold Light of Facts and the Facts of Cold Light: Luminescence and the Transformation of Scientific Fact, 1600-1750", comunicação apresentada no Workshop de História da Ciência da UCLA (Inverno de 1990).

<sup>36</sup> Ver a contribuição de Theodore M. Porter para este simpósio, "Quantification and the Accounting Ideal in Science", *Social Studies of Science*, Vol. 22 (1992), 633-52; também Porter, "Objectivity as Standardization: The Rhetoric of Impersonality in Measurement, Statistics, and Cost-Benefit Analysis", *Annals of Scholarship*, no prelo.

as marcas da nacionalidade, obtusidade ou acuidade sensorial, treino ou tradição; aparelhos peculiares, escrita pitoresca ou qualquer outra idiossincrasia que possa interferir com a comunicação, comparação e acumulação de resultados. Os cientistas prestavam homenagem a este ideal contrastando o individualismo do artista com a cooperação autoanuladora da individualidade dos cientistas, que não mais apareciam no singular – “*l’art c’est moi, la science, c’est nous*”, conforme epigrama de Claude Bernard. Ernest Renan preferia a “palavra mais objetiva *savoir* [saber]”, na qual “a pessoa é transportada para o ponto de vista da humanidade”, ao invés de *philosopher* [filosofar] que invocava “o fato subjetivo do pensador solitário”;<sup>37</sup> tornou-se de bom tom entre cientistas a escrita de autobiografias cuidadosamente impessoais, como no caso de Darwin e Huxley.<sup>38</sup> Subjetividade se tornou sinônimo de individual e de solitude; objetividade, de coletivo e de convívio.<sup>39</sup> O *ethos* da objetividade aperspectivística havia chegado.

Para que possamos apreciar a novidade desse *ethos* na ciência, devemos contrastá-lo com os ideais e práticas que o precederam. Diferenças de perspectiva, literais e figuradas, eram frequentemente observadas por filósofos naturalistas de um período anterior. Leeuwenhoek, por exemplo, escreveu para a Sociedade Real de Londres dizendo que ele e o artista que trabalhava com ele haviam discordado sobre o tamanho de algumas “fibras de carne de baleia” observadas sob o microscópio, tendo fornecido desenhos ilustrando ambas as visões, “de onde aparece a diferença entre as visões de um e outro homem”.<sup>40</sup> Desacordos entre cientistas e artistas quanto ao que era visto e como o desenhar eram lugar-comum nas ciências do olho,<sup>41</sup> e eram um caso especial de distinções ainda mais difundidas entre observadores competentes e incompetentes. Longe de abraçar o ideal do observador intercambiável, os cientistas dos séculos XVII e XVIII avaliavam cuidadosamente os relatórios de observações considerando a habilidade e integridade do observador. Edmund Halley queixava-se de que muitos “meteoros” astronômicos “escapavam dos olhos daqueles mais qualificados para fazer deles um bom relato”, e era

\* N. do T.: “A arte sou eu, a ciência somos nós”.

<sup>37</sup> Ernest Renan, *L’Avenir de la Science* (Paris, 1890), 91.

<sup>38</sup> Regenia Gagnier, *Subjectivities: A History of Self-Representation in Britain 1832-1920* (Oxford: Oxford University Press, 1990), Chapter 6.

<sup>39</sup> Sobre a tensão entre ideais de solitude e convívio, ver Steven Shapin, “The Mind in Its Own Place: Science and Solitude in Seventeenth-Century England”, *Science in Context*, Vol. 4 (1991), 191-218.

<sup>40</sup> A. van Leeuwenhoek [Letter of 12 October 1713], *Philosophical Transactions of the Royal Society of London* (reimpresso em Nova Iorque: Johnson Reprint, 1963), Vol. 29 (1714-16), 55-56.

<sup>41</sup> Para outros exemplos de tentativas de cientistas no sentido de policiar seus artistas ver Daston & Galison, “Image”, op. cit. nota 6.

escrupuloso ao avaliar a qualidade das suas próprias observações, bem como as de outros, sobre o eclipse solar.<sup>42</sup> Relatos de descobertas científicas, particularmente nas ciências empíricas mas, às vezes, nas matemáticas, eram enfaticamente lançados na primeira pessoa do singular, posto que a habilidade e caráter (ocasionalmente o status social) do observador eram frequentemente cruciais para julgar o valor de seu conteúdo.<sup>43</sup> Correspondentes científicos podem não ter se conhecido pessoalmente em todos os casos, mas eles avaliavam as habilidades e confiabilidade uns dos outros com o mesmo rigor e cuidado dedicados às credenciais de um banqueiro prestes a ser confiado com uma grande soma em dinheiro. Nem mesmo o testemunho da natureza poderia sempre superar o testemunho de um colega: quando a *Académie des Sciences* de Paris falhou ao tentar replicar os barômetros incandescentes de Johann Bernoulli, mesmo após tentativas repetidas que seguiam as instruções de Bernoulli literalmente, o Secretário Perpétuo Fontenelle preferiu apelar para a “*bisarrerie*” da natureza do que duvidar da palavra de uma testemunha tão eminente.<sup>44</sup> Por outro lado, pilhas de relatos corroborados entre si não foram capazes de impressionar a *Académie* quando as testemunhas tinham baixa credibilidade em seus olhos – por exemplo, camponeses iletrados observando a queda de meteoritos.<sup>45</sup>

A partir deste pano de fundo, podemos apreciar melhor porque a objetividade aperspectivística não figurava proeminentemente na ciência do século XVIII. Comunicação impessoal e uma divisão refinada do trabalho científico eram a exceção e não a regra, e o ideal do observador intercambiável atrairia pouca atenção de observadores orgulhosos de suas próprias qualificações ganhas duramente e alertas quanto às mínimas diferenças na qualificação dos outros. Podemos apreciar também o alto custo do ideal da objetividade aperspectivística, bem como das práticas que eventualmente a estabeleceram nas ciências naturais. Cientistas do século XIX por vezes ainda reclamavam quanto ao anonimato das revistas internacionais em termos que seus predecessores do século XVIII entenderiam bem; por exemplo, em 1881

<sup>42</sup> Edmund Halley, “Observations of the Late Total Eclipse of the Sun...”, *Philosophical Transactions*, Vol. 29 (1714-16), 245-62.

<sup>43</sup> Sobre a relação entre status social e confiança na filosofia natural inglesa do começo da modernidade, ver Steven Shapin, ““A Scholar and a Gentleman”: The Problematic Identity of the Scientific Practitioner in Early Modern England”, *History of Science*, Vol. 29 (1991), 279-327.

<sup>44</sup> [Bernard de Fontenelle], “*Sur le phosphore du barometre*”, *Histoire de l’Académie Royale des Sciences: Année 1701* (Paris, 1743), 1-8. Ver Steven Shapin, “O Henry”, *Isis*, Vol. 78 (1987), 417-24, acerca da impossibilidade *de facto* de duvidar da palavra de um colega.

<sup>45</sup> Ron Westrum, “Science and Social Intelligence about Anomalies: The Case of Meteorites”, *Social Studies of Science*, Vol. 8 (1978), 461-93.

*The Lancet* lembrou aos editores de sua responsabilidade para com “um certo número de leitores, especialmente aqueles em outros países, [que] não faziam ideia do caráter do autor, além do fato de que eles acharam suas obras em boa companhia” ao pesquisar artigos de colaboradores localmente conhecidos por serem “fundamentalmente incapazes de dizer uma verdade simples e literal quanto às suas observações e experimentos”.<sup>46</sup> As distâncias e o número de escritores e leitores espalhados pelas redes de comunicação científica haviam minado as velhas regras de confiança e confiabilidade.

Entretanto, a principal vítima dos ideais e práticas da objetividade aperspectivística não foi a confiança, mas a habilidade. Habilidade não é algo que se encaixe confortavelmente na coletiva e ampliada ciência da segunda metade do século XIX, por duas razões, pelo menos: primeira, era algo raro e caro, portanto, não se poderia esperar de todos os trabalhadores da ciência; segunda, podia ser comunicado no máximo com dificuldade, se é que a comunicação ocorria de todo. À medida que a ciência se expandia em meados do século, o mesmo ocorria com sua necessidade de mão-de-obra, especialmente mão-de-obra barata. Entretanto, mão-de-obra barata normalmente tinha uma formação ruim (com a notável exceção das esposas e irmãs dos cientistas),<sup>47</sup> e Charles Babbage sugeriu que os cientistas seguissem o exemplo dos industriais, dividindo as tarefas em partes menores e mais simples, para minimizar a necessidade de qualificação científica. Ao descrever como o matemático francês Prony repassou a computação de suas tabelas de algoritmos para calculadores que sabiam apenas somar e subtrair, Babbage aponta que, sendo este um trabalho que “pode quase ser chamado de mecânico, requerendo o menor conhecimento e de longe o maior esforço”, ele “pode sempre ser comprado por um preço em conta”.<sup>48</sup> Babbage elogiava a precisão dos computadores humanos de Prony, e Claude Bernard pensava que um “homem não instruído” seria um registrador menos tendencioso de resultados experimentais,<sup>49</sup> mas não pode haver dúvidas de que a divisão do trabalho científico alterou a natureza e distribuição da habilidade científica. O observador intercambiável era frequentemente o mais básico denominador

<sup>46</sup> John S. Billing, “Our Medical Literature”, *The Lancet* (1881), Vol. 2, 265-70, at 270.

<sup>47</sup> Ver Pnina Abir-Am e Dorinda Outram (eds), *Uneasy Careers and Intimate Lives. Women in Science, 1789-1979* (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1987), quanto a esta importante e difundida forma de labor científico.

<sup>48</sup> Charles Babbage, *On the Economy of Machinery and Manufactures* (London, 4th edn, 1835), 195. A mecanização do trabalho científico e a reprodução de imagens científicas também serviram ao ideal da objetividade mecânica, por supostamente eliminar as interpretações: ver Daston & Galison, “Image”, op. cit. nota 6.

<sup>49</sup> Claude Bernard, *An Introduction to the Study of Experimental Medicine* (1865), trad. H.C. Greene (Nova Iorque: Dover, 1957), 38.

comum na observação. Como o próprio Babbage nota, com sua característica precisão,

o gênio deixa sua marca, não pela observação de quantidades imperceptíveis para todos que não tenham sentidos especialmente aguçados, mas por colocar a natureza em circunstâncias tais que ela se vê forçada a registrar suas menores variações em uma escala de tal modo magnificada que um observador, possuindo faculdades comuns, deva achá-las escritas de modo legível.<sup>50</sup>

Em resumo, habilidade era um traço muito aristocrático para uma democracia de observadores científicos, sendo que democracia carrega consigo associações tocquevilianas com a mediocridade.

A habilidade era também algo notoriamente inefável, como Zeno Swijtink apontou,<sup>51</sup> e, portanto, crescentemente suspeita entre cientistas que igualavam objetividade a comunicabilidade. Georges Cuvier expressou algo desse desconforto em seus louvores a médicos celebrados por seu tato clínico, pois as causas de suas curas eram inescrutáveis para todos incapazes de “penetrar nos pensamentos mais íntimos [do médico]... ou estar presentes nas suas súbitas inspirações”.<sup>52</sup> Tal desconforto tornou-se agudo quando o fisiologista Étienne Jules-Marey lançou sua campanha para substituir os sentidos humanos por instrumentos de gravação. A vantagem, por exemplo, do esfigmômetro em relação ao leitor humano do pulso era que não apenas ele nivelava diferenças individuais quanto a acuidade sensorial e tato clínico – um novato (ou uma enfermeira ou técnico mal pago) poderia substituir o fisiologista ou o doutor mais experientes. Havia também o fato de que o esfigmômetro e outros instrumentos adotados poderiam oferecer resultados que a linguagem não seria capaz de oferecer. O que de bom havia na excelente habilidade do leitor experiente de pulso para a ciência, perguntava Marey, se ele não poderia comunicar isto: “Como pode ele esperar, por definições e metáforas, tornar a natureza da sensação tátil compreensível [para outros]?”<sup>53</sup>. Problemas na

<sup>50</sup> Charles Babbage, *Reflections on the Decline of Science in England and on Some of its Causes* (1830), em Martin Campbell-Kelly (ed.), *The Works of Charles Babbage* (London: William Pickering, 1989), Vol. 7, 86.

<sup>51</sup> See Swijtink, “Objectification”, op. cit. nota 32. O melhor relato filosófico quanto à qualidade “tácita” da habilidade científica ainda é Michael Polanyi, *Personal Knowledge* (Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1958). Acerca da invisibilidade social das habilidades manuais e técnicas na ciência, ver Steven Shapin, “The Invisible Technician”, *American Scientist*, Vol. 77 (1989), 554-63.

<sup>52</sup> Georges Cuvier, *Recueil des eloges historiques lus dans les seances publiques de l’Institut de France* (Paris, 1861), Vol. 3, 4.

<sup>53</sup> E.J. Marey, *Physiologie medicale de la circulation du sang* (1863), citado em Francois Dagognet, *Etienne-Jules Marey. La Passion de la trace* (Paris: Hazen, 1987), 87.

habilidade de comunicação e julgamentos adquiridos através de longa experiência não eram peculiares à medicina; astrônomos e outros observadores se voltavam cada vez mais para métodos estatísticos – quanto mais mecânicos, melhor – para padronizar seus resultados em formas imediatamente acessíveis a outros.<sup>54</sup> O resultado nítido era frequentemente uma perda de informação preciosa que previamente era parte integral do relato observacional – se o observador sofria de um resfriado, se o telescópio estava balançando, se o ar estava agitado –, mas informação muito particular a uma pessoa e lugar para se enquadrar à rigidez da objetividade aperspectivística.

### Conclusão: A História Moral da Objetividade

Espero, tendo chegado até aqui, ter deixado claros quatro pontos no que diz respeito à história da objetividade aperspectivística: primeiro, que ela não constitui o todo da objetividade e que suas relações com outros aspectos da objetividade (por exemplo, o ontológico) são conceitual e historicamente problemáticas; segundo, que sua primeira morada conceitual foi na estética e na filosofia moral, não nas ciências naturais, a despeito de nossas associações correntes; terceiro, que quando ela emigrou para a ciência, em meados do século XIX, ela o fez devido a vastas mudanças na organização da ciência, tanto em nível global quanto local; e quarto, que a adoção da objetividade aperspectivística como ideal científico não foi livre de custos. Deixei muitas questões sem resposta, entre elas especialmente como a objetividade aperspectivística veio a se fundir com outros sentidos de objetividade em um conceito singular e ao mesmo tempo plural. Por que, por exemplo, o conhecimento público – observações mais facilmente comunicáveis para e replicadas pelo maior número possível de pessoas – deveria fazer a afirmação metafísica de que seria o mais próximo da verdade? Estes são problemas intrincados que demandariam um artigo com pelo menos o dobro de extensão desse; o melhor que posso fazer aqui é marcá-los *como* problemas.

Gostaria de concluir com uma reflexão acerca do aspecto moral da objetividade aperspectivística. Ninguém familiarizado com sua literatura passada e presente pode ignorar seu tom admirável e prescritivo. Para estes autores, há uma certa nobreza no abandono do que é pessoal, um sacrifício do si-mesmo pelo coletivo – se não pelo bem coletivo, pelo menos por uma

<sup>54</sup> Ver Swijtink, "Objectification", op. cit. nota 32, quanto ao tratamento estatístico de anomalias, e Desrosieres & Thevenot, *Catégories*, op. cit. nota 33, sobre as sutilezas do código estatístico.

compreensão coletiva. Deve-se notar que estes são fundamentos totalmente diferentes para o aplauso moral daqueles de Adam Smith e dos filósofos morais do século XVIII, embora os mesmos termos, "desapego" e "imparcialidade", sejam frequentemente evocados. Smith, lembremos, atribuía a cientistas e matemáticos certa indiferença admirável quanto à opinião pública: firmes no conhecimento de que seu trabalho seria, em última instância, estimado pelo seu real valor, eles eram imunes aos caprichos da crítica contemporânea. O desapego requerido dos cientistas pela objetividade aperspectivística era consideravelmente mais extenuante: cientistas devem não apenas esperar pelo reconhecimento; eles devem agora abandonar o reconhecimento completamente. Ernest Renan capturou o aspecto de autonegação da objetividade aperspectivística:

Sua meta [do cientista] não é ser lido, mas inserir uma pedra no grande edifício... a vida do cientista pode ser resumida em dois ou três resultados, cuja expressão irá ocupar apenas umas poucas linhas ou desaparecer completamente em formulações mais avançadas.<sup>55</sup>

Claude Bernard exortava os cientistas a enterrar o próprio orgulho e vaidade de modo a "unir nossos esforços, ao invés de os dividir ou anular devido a disputas pessoais",<sup>56</sup> pois todos os cientistas são, no fim das contas, iguais em seu anonimato:

Nesta fusão [de verdades particulares em verdades gerais], os nomes de promotores da ciência desaparecem aos poucos, e quanto mais a ciência avança, mais ela exige uma forma impessoal e se afasta do passado.<sup>57</sup>

Não há dúvidas de que estas afirmações aparentadas evidenciam um ideal elevado ao invés de uma realidade sociológica: cientistas podem ter desistido de escrever na primeira pessoa do singular, mas não desistiram de assinar seus próprios artigos. Também há alguma justiça na acusação de que, ao enterrar suas identidades individuais no coletivo impessoal, os cientistas na verdade engrandeceram, ao invés de renunciarem, a sua autoridade social e intelectual. Mas este não é todo o sentido da demanda de autonegação da objetividade aperspectivística. Mesmo valores honrados apenas quando violados são, apesar disso, valores genuínos, refletindo escolhas e revelando atitudes. Ademais, os valores da objetividade aperspectivística deixaram traços visíveis na conduta dos cientistas, em sua cada vez mais forte preferência por métodos

<sup>55</sup> Renan, *Avenir*, op. cit. nota 37, 228.

<sup>56</sup> Bernard, *Introduction*, op. cit. nota 49, 39.

<sup>57</sup> *Ibid.*, 42.

e observações mecanizadas, sua cada vez mais refinada divisão do trabalho científico e em seu foco cada vez mais exclusivo na comunicabilidade. Seria difícil explicar a força desses valores apelando apenas para a racionalidade ou interesse próprio, e igualmente difícil negar que a objetividade aperspectivística nunca perdeu todos os traços de suas origens na filosofia moral. Nos conselhos autonegadores da objetividade aperspectivística ainda reverbera a voz austera do dever moral, e é desse caráter moral, não de sua validade metafísica, que deriva muito de sua força. Os valores da objetividade perspectivística são inegavelmente curiosos e podem muito bem ter um mérito dúbio. Mas são inegavelmente valores morais, e devemos levar isso em consideração quando tentamos explicar como nosso confuso uso corrente da objetividade surgiu. A história da objetividade é uma história intelectual e social, mas também é uma história moral.

*Este trabalho teve o apoio da US National Foundation Grant nº DIR-8911169. Gostaria de agradecer a Peter Dear e Theodore Porter pelos comentários sobre uma versão anterior desse artigo.*

## SOBRE A OBSERVAÇÃO CIENTÍFICA\*

### Além da epistemologia<sup>1</sup>

A observação está em todo lugar e em lugar nenhum na história da filosofia da ciência. É ubíqua como prática científica essencial em todas as ciências empíricas, sejam naturais ou humanas, e até mesmo, indiscutivelmente, na matemática, em algumas de suas fases exploratórias. Ela é invisível porque é concebida geralmente como tão básica a ponto de não merecer atenção, seja histórica ou filosófica. É verdade que na metade do século XX alguns filósofos se dedicaram ao tema, mas assim o fizeram por razões que reforçavam a visão científica da observação como primitiva e passiva. Positivistas lógicos na sua busca por uma “linguagem observacional neutra” abraçaram a doutrina dos dados puros, inocentes de qualquer teoria e, portanto, qualificados para julgar entre teorias concorrentes: justiça, na ciência como no direito, é, nesse sentido, idealmente cega. Pelas mesmas razões, seus críticos insistiram que observações eram “carregadas de teoria” e, portanto, incapazes de oferecer um julgamento neutro quando teorias entrassem em choque<sup>2</sup>. Em ambos os casos, o interesse primário dos filósofos da ciência era epistemológico e estruturado em termos neokantianos: haveria ou não haveria algo como uma observação científica não contaminada pela teoria? Esta era uma questão posta diante de um pano de fundo de medos acerca de como ideias preconcebidas, fantasias e outras “lentes” subjetivas poderiam “filtrar” ou “distorcer” resultados empíricos objetivos. Dados estes medos epistemológicos, quanto menos sofisticada e mais próxima de processos perceptivos elementares a observação pudesse ser feita, melhor. Mas esta

\* Tradução de Derley Menezes Alves. Publicado originalmente como: “On Scientific Observation”. In: *Isis*, vol. 99, nº 1, mar. 2008, pp. 97-110.

<sup>1</sup> Sou grata aos participantes do *Colloque de Cerisy “Exercices de métaphysique empirique”*, por seus comentários a uma versão anterior desse trabalho, e ao *Working Group on the History of Scientific Observation*, pelas discussões capazes de transformar o pensamento, especialmente a Katharine Park e a Gianna Pomata, por me ajudarem a pensar todas as implicações da observação como um gênero epistêmico com uma história. As sugestões editoriais de Bernard Lightman ajudaram a equilibrar a balança entre história e filosofia.

<sup>2</sup> Para um relato vivo e perspicaz das posições filosóficas nas discussões anglófonas de meados do século XX sobre a observação científica ver Ian Hacking, *Representing and Intervening: Introductory Topics in the Philosophy of Natural Science* (Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1983) pags. 167-185.

simplicidade rude foi precisamente o que tornou a observação muito óbvia para interessar aos historiadores e filósofos de fins do século XX, não mais preocupados com debates sobre positivismo lógico e que, ao invés disso, exploravam experimentos ativos e complexos, obtendo resultados notáveis<sup>3</sup>.

O objetivo deste breve ensaio é argumentar em defesa de uma investigação filosófica e histórica acerca da *ontologia* da observação científica: como a observação especializada discerne e estabiliza objetos científicos para uma comunidade de pesquisadores. Esta é uma questão que se situa em algum lugar entre epistemologia (que estuda como observadores científicos adquirem conhecimento acerca dos objetos por eles escolhidos) e metafísica (que investiga a realidade última das entidades observadas – especialmente, no caso da observação científica, sob condições altamente mediadas por instrumentos e instalações engenhosas). A ontologia diz respeito a como os cientistas preenchem o universo com objetos que são passíveis de investigações e sondagens contínuas, mas que raramente correspondem aos objetos da percepção cotidiana – mesmo se os objetos científicos em questão são macroscópicos, não exigem instrumentos para que se tornem percebidos e sejam nomeados com termos da linguagem vernacular (oferecerei um exemplo histórico disso adiante neste ensaio). Para historiadores em particular, uma investigação profunda da história da investigação científica promete trazer à luz práticas variadas e refinadas, nenhuma delas simples ou autoevidentes, que conectariam a história da ciência à história dos sentidos e do eu, bem como ampliariam a história da experiência científica<sup>4</sup>.

Uma investigação histórica e filosófica acerca da ontologia da observação científica não irá evitar completamente questões epistemológicas. Mas o tipo de epistemologia que ela trará será de tão pouco uso para as oposições que moldaram visões filosóficas (e históricas) sobre a observação desde meados do século XIX, tais como aquelas entre observação e teoria ou entre observação e experimentação, quanto para as buscas do positivismo lógico. Observadores científicos do século XVIII ficariam enormemente escandalizados por estas oposições rígidas, bem como pelas tentativas de Claude Bernard no sentido de marcar uma linha divisória entre experimento “ativo” e observação “passiva”.

<sup>3</sup> A literatura produzida por este programa de pesquisa é vasta, mas estudos seminais de grande extensão incluem Hacking, *Representing and Intervening*; Nancy Cartwright, *How the Laws of Physics Lie?* (Nova Iorque: Oxford Univ. Press, 1983); Steven Shapin e Simon Schaffer, *Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle and the Experimental Life* (Princeton, N.J.: Princeton Univ. Press, 1985); Peter Galison, *How Experiments End* (Chicago: Univ. Chicago Press, 1987); and David Gooding, Trevor Pinch e Schaffer, eds., *The Uses of Experiment: Studies in the Natural Sciences* (Nova Iorque: Cambridge Univ. Press, 1989).

<sup>4</sup> Uma obra coletiva a ser publicada pelo Grupo de Trabalho de História da Observação Científica do Instituto Max Planck para História da Ciência oferecerá exemplos de tais práticas, tanto nas ciências humanas quanto nas naturais, do século XIII ao XX.

Para praticantes antigos e filósofos da observação, era autoevidente que observação não informada pela teoria era não apenas impossível, mas sem sentido e que observação e experimento estavam inextricavelmente entrelaçados<sup>5</sup>. Eles não misturavam observação científica com percepção bruta<sup>6</sup>. Nem uma linguagem de observação neutra tampouco o registro passivo de dados puros eram atraentes para eles. Estes eram sonhos kantianos, possíveis apenas depois que a distinção entre subjetividade e objetividade havia se estabelecido como grande divisão epistemológica, tanto entre cientistas quanto entre filósofos<sup>7</sup>. Uma investigação acerca da ontologia da observação provavelmente não irá mudar a epistemologia para posições pré-kantianas, embora seja útil lembrar que tais posições são possíveis, dada a amplitude e profundidade das influências kantianas e neokantianas tanto na história quanto na filosofia da ciência. Uma tal investigação, entretanto, pode provavelmente obscurecer a nítida distinção kantiana entre epistemologia e psicologia, ponto ao qual retornarei em minha conclusão. Também é provável que ela provoque um repensar do matiz cético da epistemologia moderna, tão pesadamente intensificado pelo esforço desconfiado para evitar erros mediante testes experimentais e prova por argumentos ao invés de ser uma ardente busca pelo novo: “não um uso teórico, mas uma descoberta teórica”, como afirma Norwood Russell Hanson na introdução de seu acertadamente intitulado *Padrões de descoberta* (1958)<sup>8</sup>.

### Preenchendo o universo

É o hábito que torna a percepção do mundo possível. Isto é verdade, quanto a percepção ordinária, conforme as ciências da visão mostram com notável detalhamento desde o século XVII: sem, por exemplo, o hábito de ver o mesmo objeto como tendo o mesmo tamanho, independente da distância, seria

<sup>5</sup> Claude Bernard, *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale* [1865], ed. François Dagognet (Paris: Garnier-Flamarion, 1866) pag. 52-54, 71. Para uma visão anterior, ver Benjamin-Samuel-Georges Carrad, *Essai qui a remporté le prix de la Société Hollandoise des Sciences de Haarlem em 1770, sur cette question, qu'est-ce qui d'observer*, 2 vols. (Geneva: Cl. Philiber et Bart Chirol, 1775), Vol. 1, pag. 43-47.

<sup>6</sup> Mesmo entre os campeões da observação científica na filosofia da ciência do século XX, tais como Michael Polanyi e Norwood Russell Hanson, há uma nítida tendência a assimilar formas altamente refinadas de observação ao nível da simples percepção, com numerosas referências a percepções imediatas e independentes de gestalts ou mesmo (no caso de Polanyi) a percepção animal: Michael Polanyi, *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy* (1958; Nova Iorque: Harper & Row, 1964), pag. 76-77, 98-99; e Norwood Russell Hanson, *Patterns of Discovery* (1958; Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1975), pag. 4-24.

<sup>7</sup> Ver Lorraine Daston e Peter Galison, *Objectivity* (Nova Iorque: Zone, 2007), esp. pp. 234-252.

<sup>8</sup> Hanson, *Patterns of Discovery* (citado na nota 6), pag. 3.

muito difícil especificar o que significa dizer que se trata do “mesmo” objeto. Isto é uma verdade inquestionável da percepção especializada, seja o olho treinado em questão aquele de um observador de pássaros, um historiador da arte ou um patologista. Ninguém explicou isto com mais clareza do que o bacteriologista e filósofo polonês Ludwik Fleck, a propósito da observação microscópica das bactérias: “A percepção direta da forma [*Gestaltsehen*] exige treinamento no campo de pensamento relevante. A habilidade de perceber diretamente o sentido, forma e unidade contida em si mesma é adquirida somente depois de muita experiência, talvez com um treinamento preliminar. Ao mesmo tempo, claro, perdemos a habilidade de ver algo que contradiga a forma. Mas é apenas a prontidão para a percepção direta que é o principal constituinte do estilo de pensamento [*Denkstil*].”<sup>9</sup> O noviço vê apenas borrões e manchas sob o microscópio; experiência e treinamento são exigidos para que seja possível dar sentido a este caos visual, para que seja capaz de ver *coisas*.

O insight de Fleck é frequentemente comparado à visão de Thomas Kuhn acerca das mudanças na apreensão das formas entre paradigmas ou à análise de Hanson da observação carregada de teoria. Mas estas leituras foram, por assim dizer, filtradas através de uma visão neokantiana da observação científica como sendo ela mesma um tipo de filtro. Em artigo recente, Bruno Latour traça um contraste forte e notável entre esta passagem de Fleck e formulações mais kuhnianas: “Fleck não diz, como no usual paradigma metafórico kantiano-kuhniano, que ‘nós vemos apenas o que sabemos de antemão’, ou que nós ‘filtramos’ percepções através das ‘parcialidades’ de nossos ‘pressupostos’. Tal ideia unificadora é, na verdade, aquilo contra o que ele luta, pois, desse modo, o tempo não poderia ser parte da substância da gênese do fato”<sup>10</sup>. Esta é a chave para a originalidade e relevância de Fleck para uma filosofia da observação científica. Para Fleck, aprender a ver como cientista é uma questão de experiência acumulada – não somente de um indivíduo, mas de uma coletividade bem treinada. A linha divisória em epistemologia não é entre sujeitos e objetos – o grande divisor kantiano – mas

<sup>9</sup> Ludwik Fleck, *Genesis and Development of a Scientific Fact*, trad. Fred Bradley e Thaddeus J. Trenn (1953; Chicago: Univ. Chicago Press, 1979), pag. 92. Sobre o contexto da obra de Fleck ver Ilana Löwy, trad. E ed., *The Polish School of the Philosophy of Medicine: From Tytus Chalubinski (1820-1889) to Ludwik Fleck (1896-1961)* (Dordrecht: Reidel, 1990).

<sup>10</sup> Hanson, *Patterns of Discovery* (cit. n. 6), pag. 54-58; Thomas Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (1962; Chicago: Univ. Chicago Press, 1996), pag. 114-116 (ver também Kuhn, “Prefácio”, em Fleck, *Genesis and Development of a Scientific Fact*, pag. vii-xi) e Bruno Latour, “A Textbook Case Revisited: Knowledge as a Mode of Existence,” no *The Handbook of Science and Technology Studies*, ed. Edward J. Hackett, Olga Amsterdamska, Michael Lynch e Judy Wacjman (Cambridge, Mass.: MIT Press, 2007), pag. 83-112.

entre inexperiência e experiência. Ao contrário dos neokantianos, que se preocupavam em saber como a mente subjetiva poderia conhecer o mundo objetivo, Fleck estava preocupado em saber como a percepção formava tipo estáveis a partir de sensações confusas. Para os neokantianos o problema era o abismo entre subjetivo e objetivo; para Fleck, era gerar ordem a partir do caos. “Filtros” ou “óculos teóricos” ou “visões de mundo” na história e filosofia neokantiana da ciência são as pré-condições para a experiência, sempre e necessariamente em operação. Em contraste com as súbitas mudanças na apreensão das formas de Kuhn, a *Gestaltsehen* de Fleck toma tempo: é o resultado da experiência como um processo gradual ao invés de produto de formas e categorias arraigadas.

Outra forma de exibir o contraste é dizer que Fleck estava mais interessado em ontologia do que em epistemologia. Ele certamente explorou questões acerca de como conhecemos, mas seus *insights* mais notáveis foram acerca do *que* conhecemos – os fatos científicos no título deste texto. Pelo menos nesse sentido ele era pós-kantiano – ou talvez pré-kantiano, quase aristotélico. O maquinário epistemológico de Aristóteles era compacto e leve; por outro lado, seu aparato ontológico de arte e natureza, substância e acidentes e todo séquito de categorias era positivamente barroco. A explicação de Aristóteles sobre como a experiência eventualmente discerne universais de particulares era, como a de Fleck, construída a partir do trabalho da percepção ao longo do tempo:

Então, da percepção surge a memória, como chamamos, e da memória (quando esta ocorre frequentemente em conexão com a mesma coisa), experiência; pois memórias que são muitas em número formam uma só experiência. E da experiência, ou de todo universal que veio a repousar na alma (o um separado dos muitos, o que quer que seja um e o mesmo em todas as coisas), surge um princípio de habilidade e entendimento.<sup>11</sup>

Da percepção para a memória, desta para a experiência e desta para “o todo universal”: é assim que a observação constrói uma ontologia, mesmo que a razão consciente, a faculdade da epistemologia, não tenha a mínima ideia de como isso acontece.

Sem estes hábitos adquiridos de percepção cultivados pela observação, não teríamos ciência, nem tampouco mundo articulado visível (ou audível ou tátil) algum. Este é o modo como a percepção preenche o universo. Ela não cria o universo, mas molda e classifica, delineando limites precisos e

<sup>11</sup> Aristóteles, *Posterior Analytics*, 2.19.100a4-8, em Jonathan Barnes, ed., *The Complete Works of Aristotle: The Revised Oxford Translation*, 2 vols. (Princeton, N.J.: Princeton Univ. Press, 1984), Vol. I, pag. 165-166.

agrupando partes em totalidades. Ao contrário da linguagem, que pode ser aprendida ou de ouvido ou pelas regras gramaticais, parece haver apenas uma rota para a percepção competente, e tal rota real é o hábito. Apenas o infante ou o estudante novato deve proceder passo a passo para aprender a ver a morfologia das plantas ou a assinatura dos traços das partículas elementares ou o espectro das estrelas. O adulto, o especialista, virtuoso *a fortiori* pega tudo num átimo, consciente do produto, mas não do processo da percepção.

Naturalistas de campo cunharam um termo de arte para a simultaneidade da percepção virtuosa: “jeito” [jizz]. Um ornitólogo britânico explicou o conceito em um artigo de 1922:

Um irlandês da costa oeste era familiarizado com as criaturas selvagens que residiam ou visitavam a região; bastava um olhar para que pudesse nomeá-las, com frequência corretamente, mas se perguntado como as conhecia, ele respondia, “pelo ‘jeito’ delas”... Aquela imagem mental gravada pelo olho é acurada em proporção com nossa familiaridade com a espécie; quanto mais familiares somos, menos coisas notamos à exceção do jeito. O maçarico-real que se vê de passagem pode ter um bico longo e curvo, uma parte inferior das costas pálida, um voo forte e específico; sabemos que tais características estão presentes, mas na verdade não as vemos; vemos um maçarico-real. O maçarico-real lampeja no cérebro sem pausa para análise mental, pois notamos o jeito. Frequentemente me perguntam a mesma questão feita ao irlandês; não conheço resposta melhor que a dele.<sup>12</sup>

Certa, rápida e silenciosa, “sem pausa para análise mental”, a observação é fundada em longa familiaridade com os fenômenos em questão, sejam eles maçaricos-reais ou bactérias do tipo estreptococos.

Pode-se fazer alarde quanto ao caráter obscuro da percepção, especialmente no contexto da observação científica. Tais habilidades aprendidas não são “tácitas” em princípio; tampouco são elas apenas outra expressão de habilidade corporal, embora também sejam isso. É perfeitamente possível descrever, em riqueza de detalhes, como Fleck fez, os estágios pelos quais as percepções coalescem em experiência e, acima de tudo, ensinar outros a ver dessa maneira. O fato de um processo não poder ser reduzido a um método, ou moldado por um algoritmo ou submetido à introspecção consciente em todos os seus aspectos, de modo algum significa que o processo é irrecuperavelmente tácito, muito menos místico, embora seja essa a inferência que grande parte da filosofia da ciência do século XX tenha feito.

<sup>12</sup> Thomas Coward, “Jizz”, em: *Birds Haunts and Nature Memories* (London: Warne, 1922), pag. 141-144, nas páginas 141-142. Agradeço a Anne Secord por chamar minha atenção para este artigo.

Distinções entre o contexto de descoberta e o contexto de justificação ou, em sentido mais geral, entre psicologia e epistemologia, roubaram dos filósofos os recursos para falar sobre experiência no sentido de Fleck, sob a duvidosa pressuposição de que a experiência em si mesma é muda: o assim chamado conhecimento tácito<sup>13</sup>.

Caso entendamos a psicologia em termos neokantianos, como estudo *ipso facto* sobre a subjetividade – subjetividade individual – então não fica difícil entender porque filósofos dessa tradição agruparam-na com os mistérios da criatividade, inspiração e outros reinos sombrios do irracional e se recusaram a ter com ela qualquer coisa. O culto romântico do gênio louco é apenas o outro lado desta aversão filosófica. Historiadores da ciência também consideraram a psicologia com cautela, como uma ambição condenada a sondar das intenções e pensamentos íntimos dos atores históricos: “leitura da mente”. As incursões dos historiadores na psicologia da ciência em grande parte se limitam a biografias de cientistas individuais. Se, entretanto, a psicologia – ou pelo menos a psicologia da percepção – é concebida como estruturada e coletiva, dentro da analogia da linguagem, então o desdém histórico e filosófico é mais difícil de se justificar. Para ser certa, a percepção humana depende de características que são peculiares à espécie e, em alguns casos, a indivíduos. Mas a percepção científica – especialmente quando elevada ao nível de observação sistemática, frequentemente em configurações cuidadosamente planejadas – é disciplinada no sentido mais elevado da palavra: incutida lentamente pela educação e prática, verificada uma e outra vez por outros observadores e com outros instrumentos, comunicada em formas – texto, imagem, tabela – projetadas para e por um coletivo científico ao longo de décadas e, às vezes, séculos (como no caso de descrições botânicas de espécies novas). Este tipo de percepção pode ainda ser específico da espécie humana e do contexto histórico – não é a “visão a partir de lugar nenhum”, independente da “composição e posição específica do indivíduo no mundo”.<sup>14</sup> Mas não há nada de volúvel ou místico envolvido.

<sup>13</sup> As considerações de Polanyi sobre o conhecimento tácito afirmam uma “completa continuidade” entre “um ato tácito e primitivo como a percepção” e “o processo pelo qual estabelecemos convicções responsáveis no curso da pesquisa científica”: Polanyi, *Personal Knowledge* (cit. n. 5), pag. 314.

<sup>14</sup> Thomas Nagel, *The View from Nowhere* (Oxford: Univ. Press, 1986), pag. 5. Sobre a gênese do objeto científico ver Lorraine Daston, ed., *Biographies of Scientific Objects* (Chicago: Univ. Chicago Press, 2000); Ian Hacking, “Historical Ontology”, em: *Historical Ontology* (Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 2002), pag. 1-26; e Ursula Klain e Wolfgang Lefèvre, *Materials in Eighteenth-Century Science: A Historical Ontology* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 2007). Sobre a história antiga da descrição botânica ver Brian W. Ogilvie, *The Science of Describing: Natural History in Renaissance Europe* (Chicago: Univ. Chicago Press, 2006).

Além disso, desde pelo menos o século XVII, os próprios observadores científicos teorizavam suas práticas. Eles não apenas escreviam manuais sobre como observar com este ou aquele instrumento; eles também escreviam extensivamente sobre porque observar, o que e quem deveria observar. O empirismo coletivo lançado institucionalmente pelas academias do século XVII como a *Academia Naturae Curiosorum* ou a *Royal Society of London* dependiam do recrutamento e ajuste recíproco dos observadores em redes de correspondências. Isto era evidente no caso dos observadores do tempo, que eram encorajados a padronizar seus instrumentos, horas de observação e formas de registro, mas isto também valia para a astronomia, a anatomia e a história natural.<sup>15</sup> Longe de ser uma arte inferior, manejada por artesãos e camponeses iletrados, como era considerada antes, ou uma substituta inferior para o experimento, como era vista posteriormente, a observação havia se tornado, no começo do século XVIII, uma parte essencial e ubíqua da prática científica, uma arte a serviço da ciência. Ela se destacava de modo proeminente em títulos de livros e artigos eruditos; seu prestígio superava tanto o do experimento quanto aquele da dedução; era o padrão pelo qual os sábios avaliavam uns aos outros; era até mesmo possível tornar-se um “gênio da observação”.<sup>16</sup> Mas mesmo após a observação ter sido rebaixada ao status de serva do experimento na filosofia da ciência de meados do século XIX, ela continuou a ser uma prática científica fundamental – e indiscutivelmente a mais propensa a gerar novidades, inclusive novas ontologias.

#### Uma nuvem que lembra um dragão: um exemplo de como ver as coisas coletivamente

Os caminhos pelos quais a observação gera novos objetos científicos são variados e complexos. Os processos implícitos da percepção treinada são os mais fundamentais, mas eles se ligam a ferramentas explícitas, incluindo instrumentos padronizados, descrições e imagens. Desde o século XVI, as imagens de flora botânica tem sido tentativas conjuntas de representar um

<sup>15</sup> Gustav Hellmann, “Die Entwicklung meteorologischer Beobachtungen in Deutschland, von den ersten Anfängen bis zur Einrichtung staatlicher Beobachtungsnetze”, *Abhandlungen der Preussische Akademie der Wissenschaften, Physich-Matematische Klasse*, 1926, 1: 1-25; Andrea Rusnock, “Correspondence Networks and the Royal Society, 1700-1750,” *British Journal for the History of Science*, 1999, 32: 155-169; Paula Findlen, *Possessing Nature: Museums, Collecting, and Scientific Culture in Early Modern Italy* (Berkeley: Univ. California Press, 1994); Ogilvie, *Science of Describing*; Katharine Anderson, *Predicting the Weather: Victorians and the Science of Meteorology* (Chicago: Univ. Chicago Press, 2005) e Jan Golinski, *British Weather and the Climate of Enlightenment* (Chicago: Univ. Chicago Press, 2007).

<sup>16</sup> Senebier, *L'art d'observer* (cit. n. 4), Vol. 1, pag. 15-16.

universal, não um particular. As descrições e ilustrações em latim de Lineu são deliberadamente lacônicas, esquemáticas até, pois devem capturar a essência da espécie ou de todo um gênero, como no caso da imagem do gênero *Anemone*. (Ver figura 1). Idealmente, estas representações são destiladas de muitos, talvez de centenas de espécimes individuais vistos pelo botânico e sintetizados mentalmente como o registro de um atlas. São experiências cristalizadas no sentido aristotélico: percepção produz memória que produz experiência que produz habilidade e compreensão.



**Figura 1.** O gênero *Anemone*. De Asa Gray e Isaac Sprague, *The Genera of the Plants of the United States Illustrated from Nature*, 2 vols. (Nova Iorque: Putnam, 1848-1949), lâmina 4.

Mas o caso da botânica é muito fácil: as plantas universalizadas da ontologia científica podem não ser idênticas às plantas particulares da experiência cotidiana, porém, raramente se lançam dúvidas quanto a sua correspondência. Mais desafiadores são objetos sem contraparte mundana, tais como micróbios ou os espectros estelares, pelos quais novas habilidades de percepção devem ser cultivadas e refinadas caso se queira ser capaz tanto de detectar padrões quanto de classificá-los em tipos estáveis e robustos. Mesmo objetos familiares acessíveis à observação a olho nu podem apresentar desafios formidáveis para a percepção coletiva, como nos dão testemunho as classificações de nuvens dos séculos XIX e XX. A variedade e mutabilidade das nuvens é notória. Leonardo da Vinci pensava serem elas “imagens feitas pelo

acaso”, tipos de figuras de Rorschach celestiais, sob as quais o artista poderia projetar fantasias criativas. Conforme o mais recente (1975) *International Cloud Atlas*, “as nuvens estão em um processo contínuo de evolução e aparecem, portanto, em uma infinita variedade de formas”<sup>17</sup>. Mesmo observadores domésticos, enraizados em uma parte do globo tiveram amplas oportunidades de documentar o sempre mutável, sempre novo panorama das nuvens acima de seus telhados. Viajantes eram ainda mais expostos aos contrastes entre as nuvens de casa e aquelas de outros climas.<sup>18</sup> As nuvens na Itália e na Inglaterra exibem claras diferenças regionais e sazonais; as nuvens tropicais são quase tão exóticas quanto a flora e fauna tropicais para os visitantes das zonas temperadas. Diante disso, nuvens pareciam candidatas nada promissoras para a ciência, muito menos para a ciência global: muito mutáveis para produzir regularidades e muito locais para sustentar generalizações globais.

Ainda no último quarto do século XIX, meteorologistas do mundo todo tentavam fazer ciência a partir das formas das nuvens. A classificação de nuvens teve início no começo do século com a publicação de Luke Howard *On the Modification of Clouds* (1803).<sup>19</sup> Mas, por volta de 1870, os sistemas de classificação baseados no esquema tripartite original de Howard (cirrus, cumulus e stratus), fragmentou-se e ramificou-se, seguindo o estilo prolífico

<sup>17</sup> H. W. Janson, “The Image Made by Chance,” in *Essays of Erwin Panofsky*, ed. Millard Meiss (The Artibus Opuscula, 50) (Nova Iorque: Nova Iorque Univ. Press, 1961), pag. 254-266; e Organização Meteorológica Mundial, *International Cloud Atlas*, vol. I: *Manual on the Observation of Clouds and Other Meteors* (Geneva: Secretariat of the World Meteorological Organization, 1975), pag. 11.

<sup>18</sup> Nos anos 1880 o meteorologista britânico Ralph Abercromby navegou duas vezes ao redor do mundo para determinar se os principais tipos de nuvens poderiam de fato ser encontrados em todos os lugares. Ele concluiu que 90% das nuvens do mundo podem ser classificadas sob as rubricas cirrus, cumulus, stratus, cirrostratus, cirrocumulus, stratocumulus e nimbus. Estas “formas comuns” seriam não só universais, mas mais duráveis que formas raras como as nuvens guirlandas (mamata). Mas sua distribuição não seria uniforme: a cumulus, por exemplo, se encontra presente ao longo do ano nos trópicos, mas é rara em climas nórdicos durante o inverno e talvez sequer seja vista em regiões árticas. Abercromby acreditava fortemente na existência de entidades como o “cumulus verdadeiro” (não confundir com um espécime inferior, com protuberâncias irregulares), mas ele também admitia que a fisionomia do céu era tão mutável e idiossincrática quanto a do rosto humano. Ralph Abercromby, “On the Identity of Cloud Forms All Over the World, and on the General Principles by Which Their Indications Must Be Read”, *Quarterly Journal of the Royal Meteorological Society*, 1887, 13: 140-146.

<sup>19</sup> Acerca da história da publicação de Howard bem como de tentativas um pouco anteriores feitas por Jean-Baptiste Lamarck ver Gustav Hellmann, “Einleitung”, em Luke Howard, *On the Modification of Clouds* (1803), N° 3 em *Neudrucke von Schriften und Karten über Meteorologie und Erdmagnetismus*, ed. Hellmann (1894; Wiesbaden: Kraus Reprint, 1969) pag. 7-9.

das próprias nuvens. Pior, nomes começaram a se separar das coisas que supostamente deveriam designar: um observador sueco, português ou britânico poderia designar coisas diferentes pelo nome “cirrostratus”; observadores fora da Europa divergiam de modo ainda mais amplo entre si. O *International Cloud Atlas*, de 1896, deveria supostamente produzir objetos científicos claros a partir de nuvens multiformes e evanescentes, ensinando os observadores do mundo todo, em terra e no mar, a ver as coisas de modo unificado.

Os observadores tiveram que aprender a olhar para o céu do mesmo modo, a dividir o *continuum* das formas das nuvens nos mesmos pontos, a conectar as mesmas palavras às mesmas coisas. Sua atenção tinha que estar aguçada para o detalhe revelador e mitigada para o idiossincrático. Esta era a *raison d'être* de todos os atlas científicos, mas o atlas das nuvens publicado em 1896 pelo *International Meteorological Committee* enfrentou estes desafios quanto a coordenação da percepção de forma extrema: apesar de haver discordâncias quanto a escolha de uma anêmona ou canguru específico, aqueles que faziam os atlas que documentavam tais objetos nunca duvidavam da existência real de anêmonas ou cangurus.<sup>20</sup> Porém, observadores de nuvens experientes se perguntavam quanto a realidade da cirrocumulus, *a fortiori* acerca daquela da cirro-cumulus-caudatus ou da cirro-cumulus-floccus. Além do mais, observadores de nuvens científicos não podiam nem queriam suplantiar os observadores leigos; ao contrário, os meteorologistas de observatório procuravam a ajuda de marinheiros, fazendeiros e observadores amadores. Isto implicava que termos técnicos em latim tinham que, de alguma maneira, corresponder a termos vernaculares e leigos – em vários idiomas diferentes. O internacionalismo dos classificadores de nuvens, portanto, era mais profundo que a usual diplomacia dos grandes congressos científicos em metrópoles como Paris e Viena. Eles tinham que descobrir se o francês coloquial “ciel pommelé” era realmente a mesma coisa que o inglês “mackerel sky” – e treinar observadores franceses e ingleses a ver ambos uma nuvem cirrocumulus\*. A coordenação entre palavra e imagem era essencial, especialmente para formas de nuvens transicionais como a cirrocumulus, que admitiam infinitas gradações e exigiam muito da acuidade mesmo de observadores experimentados.

<sup>20</sup> Para uma discussão quanto a *raison d'être* dos atlas científicos ver Daston e Galison, *Objectivity* (cit. n. 6), pag. 19-27.

\* N. do T.: Ambas as expressões significam céu nublado. *Pommelé* pode ser traduzido literalmente por manchado, enquanto *mackerel* quer dizer cavalinha, um peixe com padrões de escamas que lembram um céu nublado.

Este exemplo, que poderia facilmente ser multiplicado, mostra quão intrincado pode ser o minuetto entre percepção implícita e observação explícita. As designações, definições e, acima de tudo, os atlas de imagens características do gênero nuvem foram tema de décadas de debates entre meteorologistas e observadores leigos. O critério foi descoberto, as redes de observação, padronizadas. Mas, em última instância, os observadores de nuvens tinham que apreender a fisionomia de uma nuvem num olhar; eles tinham que dominar o “jeito” das nuvens. A natureza do objeto – mutável, obscura, evanescente – premiava velocidade e experiência, frutos do hábito implícito. Estas mesmas características representavam um formidável desafio para a percepção coletiva, para o cultivo e ajuste de hábitos compartilhados.

A classificação oficial das nuvens dependia de tal forma dos hábitos compartilhados que se apoiava naqueles já disponíveis nas classificações vernaculares. Quando, por volta de 1880, meteorologistas compararam os maiores sistemas de classificação de nuvens então em uso, descobriram que apenas 3 designações convergiam: cirrus, cumulus e cirrocumulus.<sup>21</sup> E, em Hamburgo e em Hong Kong, na Noruega e em Portugal, todos os observadores reconheciam estas como formas “verdadeiras” ou “típicas” ou “genuínas”; aqui palavra e coisa se mesclaram. Em latim, “cirrocumulus” não era mais vívido ou transparente do que “stratocumulus”, mas, embora nenhum sistema pudesse concordar quanto ao último termo, eles eram unânimes em escolher o primeiro – porque este já havia sido escolhido por uma terminologia completamente diferente na língua comum. Os termos que fizeram isso apelavam para metáforas diversas: ovelha e cavalinha, carvão gigante e manchas. Mas tudo aconteceu ao se construir a percepção, ao se extrair de uma formação evanescente, mas marcante de nuvens, algo digno de seu próprio nome. Quando o primeiro *International Cloud Atlas* apareceu em 1896, em edição trilingue, as definições alemã e francesa de cirrocumulus somaram-se aos termos vernaculares<sup>\*\*</sup>: “Schäfchen”, “Mouton”.<sup>22</sup> (Ver figura 2.)

<sup>21</sup> H. Hildebrand Hildebrandsson, “Rapport sur la classification des nuages”, in *Congrès Météorologique International, tenu à Paris du 19 au 26 septembre 1889: Procès-verbaux sommaires*, ed. Théodore Moureaux, Lasne e Abbé Maze (Paris: Imprimerie Nationale, 1889), pag. 12-24, esp. Pag. 15-16. “Stratus” e “nimbus” eram usados como termos em todos os sistemas pesquisados, mas Hildebrandsson que eles tinham referentes diferentes em sistemas diferentes.

<sup>\*\*</sup> N. do T.: Ovelha para os dois idiomas.

<sup>22</sup> H. Hildebrand Hildebrandsson, A. Riggenbach e L. Teisserenc de Bort, eds., *Atlas International des nuages/Internationaler Wolken-Atlas/ International Cloud Atlas* (Paris: Gauthier-Villars et Fils, 1896), pag. 4, 14, 24. Quanto a imprecisão linguística e observação de nuvens, ver também Anderson, *Predicting the Weather* (cit. n. 14), pag. 228-232. Quanto aos desafios da fotografia meteorológica, inclusive fotografia de nuvens, ver Jennifer Tucker, *Nature Exposed: Photography as Eyewitness in*



**Figura 2:** Nuvem cirro-cumulus, fotografada em Uppsala, Suécia, em 1890. De H. Hildebrand Hildebrandsson, A. Riggenbach e L. Teisserenc de Bort, eds., *Atlas International des nuages/Internationaler Wolken-Atlas/ International Cloud Atlas* (Paris: Gauthier-Villars et Fils, 1896), figura 6.

## Simultaneidade

Como o exemplo da nuvem cirrocumulus mostra, hábitos coletivos de percepção, mesmo de objetos mal definidos, não precisam ser instilados por treinamento científico. Mas, desde meados do século XIX e da institucionalização da educação superior em ciência, o treinamento científico formal passou a desempenhar um papel central tanto em introduzir quanto em aperfeiçoar modos compartilhados de ver as coisas. Foi nos seminários de Göttingen e Berlim, nos laboratórios de Cambridge e Baltimore, nas instalações de pesquisa de campo de Nápoles e Nova Zelândia, que jovens pesquisadores foram induzidos ao que Fleck chamava de “coletivos de pensamento” – e, tão significativa quanto, aos “coletivos de visão”. Estamos ainda no começo de uma história da pedagogia científica e ainda nos rudimentos de uma filosofia da pedagogia científica.<sup>23</sup> Se, porém, há algo como uma ontologia forjada pela

*Victorian Science* (Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 2005) pag. 126-158.

<sup>23</sup> Estudos de grande extensão sobre pedagogia científica incluem Kathryn M. Olesko, *Physics as a Calling: Discipline and Practice in the Königsberg Seminar for Physics* (Ithaca, N. Y.: Cornell Univ. Press, 1991); Nick Hopwood, *Embryos in Wax: Models from the Ziegler Studio* (Cambridge: Whipple Museum of History of Science, 2002);

observação, é aqui que ela está tomando forma, passo a passo, seminário a seminário, à medida que os aprendizes aprendem a ver como os mestres. Esta aprendizagem dos sentidos provavelmente não é qualitativamente diferente daquela pela qual os músicos, cozinheiros ou tecelões inexperientes passam – conforme Aristóteles notou, os caminhos das habilidades, por um lado, e do entendimento, por outro, passam pelas mesmas estações de percepção, memória e experiência. Mas o caminho científico sofre mais embaraços devido às demandas do empirismo coletivo, que requer um grau de coordenação raramente alcançado (ou desejado) pelas artes e ofícios tradicionais. A convergência se torna indispensável porque o treinamento científico deve transmitir uma ontologia, não apenas uma padronização de especialistas. Novinhos devem ser ensinados a ver coisas, e ver as *mesmas* coisas, um mundo mantido em comum.

Mas não é o mundo comum que eles aprendem a ver. Pelos padrões ordinários, estes são objetos estranhos, vistos estranhamente, frequentemente por pessoas estranhas. Parte da *deformation professionelle* dos observadores científicos é uma quase obsessiva preocupação com seus objetos de investigação. Esta devoção monomaníaca a cobras, átomos de carbono ou algas – ou, por outro lado, verbos gregos ou pinturas maneiristas – tem sido tema mais para comediantes e romancistas (por vezes psiquiatras) do que para historiadores, muito menos para filósofos. Ainda assim, talvez não seja algo irrelevante para ontologias especializadas percebidas e mantidas por hábitos perceptivos especificamente científicos. Em seu brilhante estudo sobre a pintura italiana do século XV e o “período do olho”, o historiador da arte Michael Baxandall comenta acerca do intenso, porém esotérico, prazer proporcionado pelo exercício das habilidades perceptivas: “Apreciamos nosso próprio exercício da habilidade, e apreciamos particularmente o exercício lúdico de habilidades que usamos na vida comum com muita seriedade. Se uma pintura nos dá a oportunidade para exercitar uma habilidade estimada e recompensa nosso virtuosismo com um senso de *insights* valiosos acerca da organização daquela pintura, tendemos a apreciar isto: este é o nosso gosto”.<sup>24</sup>

Pode-se minimizar o testemunho de um historiador da arte acerca dos prazeres do olhar especializado para pinturas, mas este é precisamente o

ponto. Mesmo que a afirmação de Baxandall seja falsa para o público leigo, indiferente à arte, ela é verdadeira para olhos treinados como os de Baxandall – ou, *mutatis mutandis*, para astrônomos que olham o espectro estelar ou micólogos que observam fungos. A ontologia do hábito perceptivo é reforçada pelos prazeres estéticos da percepção hábil – e aqui o termo estético refere-se à raiz da palavra, que se relaciona com sensação, bem como ao sentido moderno mais familiar enquanto apreciação da beleza. Na medida em que os filósofos discutiram a observação científica minimamente, eles distinguiram entre ver *que* e ver *como*: por exemplo, ver *que* uma estrela muito brilhante aparece no crepúsculo e tem um brilho reduzido ao amanhecer versus ver ambas estrelas noturna e matutina *como* o mesmo corpo celeste, o planeta Vênus. Mas há também o ver *bem*, que deve ser inextricavelmente entrelaçado com a habilidade adquirida de ver *como*.

Se isto for verdade, deve haver razões profundas porquê pelo menos os aspectos perceptivos da observação científica – o imediato e satisfatório registro do “jeito” de um maçarico-real, uma nuvem ou uma célula – devam ser imersos em hábitos implícitos, embora outros aspectos, como a comunicação e conferência de resultados, sejam mantidos escrupulosamente explícitos. Há algo na simultaneidade da percepção habitual que marca as ontologias com o selo do realmente real, o *ontos on*.

A ciência foi e segue sendo fértil em termos de técnicas de visualização inovadoras, do gráfico pizza às imagens de ressonância magnética. Dizer que estas imagens são apenas exposições de dados é omitir seu papel na descoberta e cristalização de novos objetos de investigação científica. Eles são tão importantes para a ontologia científica quanto para o gerenciamento de dados. Exemplos famosos incluem os mapas artisticamente coloridos e codificados de Alexander von Humboldt, que mostravam a distribuição de formas características de vegetação (p.ex. pinheiros *versus* palmas), que criavam o que ele chamada de “fisionomias das paisagens”: combinações típicas de clima, topografia, flora e fauna que poderiam ser avaliados num golpe de vista pelo observador experimentado. Os mapas humboldtianos transformaram tabelas indigestas de números em *gestalts*, tão facilmente reconhecíveis quanto um rosto familiar; colunas e colunas de leituras de temperatura foram convertidas em curvas isotérmicas de abrangência global (ver figura 3). Humboldt tinha esperanças de que a nova tecnologia do panorama, que atraía multidões de visitantes em metrópoles como Berlim e Londres nos anos 1830 e 1840, com suas paisagens urbanas de 360 graus, poderia ser usada para cultivar esta *Totaleindruck* [impressão total].<sup>25</sup> Alguém pode, claro, se concentrar neste ou

<sup>25</sup> Charlotte Bigg, “The Panorama; or La Nature à Coup d’Oeil”, em *Observing Nature* –

Andrew Warwick, *Masters of Theory: Cambridge and the Rise of Mathematical Physics* (Chicago: Univ. Chicago Press, 2003); David Kaiser, *Drawing Theories Apart: The Dispersion of Feynman Diagrams in Postwar Physics* (Chicago: Univ. Chicago Press, 2005) e Kaiser, ed., *Pedagogy and the Practice of Science: Historical and Contemporary Perspectives* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 2005).

<sup>24</sup> Michael Baxandall, *Painting and Experience in Fifteenth-Century*, 2ª Edição. (Oxford: Oxford Univ. Press, 1988), pag. 34.

naquele detalhe meticulosamente pintado, como muitos fizeram, mas também era possível dar uma volta e absorver todo o panorama em um olhar vertiginoso. Isto era chamado por Humboldt “pressionar conjuntamente [dados diversos] em uma imagem”.<sup>26</sup>

Seja na forma dos mapas de Humboldt ou das fotografias compósitas de Francis Galton ou numa miríade de outras visualizações compactas de dados volumosos, todas estas técnicas pretendem mais do que tornar visível o invisível. Elas aspiram à simultaneidade, a concentração de procedimentos laboriosos e feitos lentamente em um *coup d'oeil* imediato, a pirueta vertiginosa e integradora de Humboldt. O que era um processo doloroso de cálculo e correlações – por exemplo, na construção de uma tabela de variáveis – torna-se um lampejo de intuição. E a intuição simultânea é tradicionalmente o modo de conhecimento dos anjos, em contraste com as lentas demonstrações dos humanos.

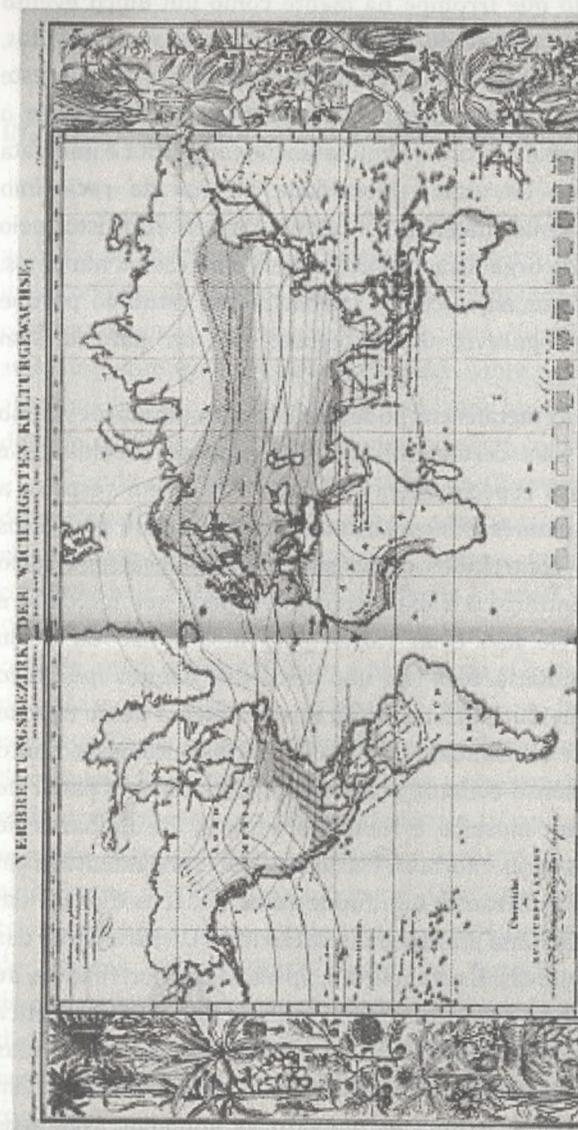
A ontologia baseada na intuição mais celebrada nada tem a ver com a observação empírica. As “ideias claras e distintas” de Descartes são o resultado da mente em comunhão consigo mesma: “Vou fechar meus olhos, tapar meus ouvidos, abafar todos os meus sentidos, vou apagar de meus pensamentos até mesmo as imagens dos corpos físicos... e assim, concentrando somente em mim mesmo e considerando meu interior, tentarei me tornar gradualmente familiar a mim mesmo”. Apesar disso, Descartes era atraído também pela simultaneidade. Como observa Ian Hacking: “O Deus de Descartes não prova nada. Uma prova ajuda uma pessoa a ver alguma verdade, mas somente porque as pessoas têm visão intelectual pobre. Costumava-se afirmar que anjos não precisam da razão. Apesar de uma louvável reticência acerca de anjos, Descartes tinha uma atitude semelhante com relação ao raciocínio”.<sup>27</sup> O desejo de Descartes pela simultaneidade angelical emergiu forçosamente em sua matemática, onde ele tentou o equivalente mental da pirueta de Humboldt,

*Representing Experience: The Osmotic Dynamics of Romanticism, 1800-1850*, ed. Erna Fiorentini (Berlim: Reimer, 2007). Pag. 73-95.

<sup>26</sup> Alexander von Humboldt, *Kosmos: Entwurf einer physischen Weltbeschreibung* (1845-1862), ed. Ottmar Ette e Oliver Lubrich (Frankfurt am Main: Eichborn, 2004), pag. 234; e Humboldt, *Ansichten der Natur, mit wissenschaftlichen Erläuterungen* (1807) (Frankfurt am Main, 2007), pag. 109. Ver a perceptiva análise da das tentativas dos meteorologistas vitorianos de comprimir montanhas de dados tabulares em imagens que poderiam ser apreendidas com um olhar em Anderson, *Predicting the Weather* (cit. n. 14), pag. 187-219.

<sup>27</sup> René Descartes, *Méditations* (1644), em *Oeuvres de Descartes*, ed. Charles Adam e Paul Tannery, 12 vols. (Paris: Léopold Cerf, 1897-1910), Méditation III, vol. 9, pag. 27; e Ian Hacking, “Leibniz e Descartes”, em *Historical Ontology* (cit. n. 13), pag. 200-213, na pag. 204.

comprimindo os passos da prova matemática em um único lampejo brilhante de *insight*: “Eu vejo o todo de uma vez, por intuição”.<sup>28</sup>



**Figura 3:** Sistema de curvas isotérmicas. De Alexander von Humboldt, *Kosmos: Entwurf einer physischen Weltbeschreibung* (1845-1862), ed. Ottmar Ette e Oliver Lubrich (Frankfurt am Main: Eichborn, 2004), *Physikalischer Atlas*, figura 1.

<sup>28</sup> René Descartes, *Regulae ad directionem ingenium* [comp. 1628], em *Oeuvres de Descartes*, ed. Charles Adam e Paul Tannery, Regula VII, vol. 10, pag. 388: “rem totam simul videtur intueri”. Ver também Matthew L. Jones, “Descartes’s Geometry as Spiritual Exercise”, *Critical Enquiry*, 2001, 28:40-71.

É reveladora essa reversão de Descartes para a linguagem da visão quando ele descreve este tipo de matemática cinemática *avant la lettre*, na qual o argumento é tão acelerado que irrompe na mente como um único evento cognitivo. Apesar de toda a conversa de fechar os olhos e tapar os ouvidos, Descartes não pode resistir à autoevidência do hábito perceptivo quando este atinge um alicerce ontológico. A despeito de todas as ilusões bem conhecidas, o *imprimatur* do real, verdadeiro e certo, é a simultaneidade implícita e imediata da percepção, especialmente da visão. Quantidade alguma de raciocínio explícito, ou mesmo o raciocínio matemático, pode competir com isto, pelo menos não quando se trata de organismos construídos como são os humanos. Teólogos medievais dotaram os anjos com o conhecimento intuitivo porque este era seu maior bem cognitivo, um antegosto de um paraíso sem demonstrações e disputas.

Epistemólogos e *a fortiori* metafísicos podem afastar tais afirmações como “meramente psicológicas”. Elas certamente são psicológicas, faculdades e tendências peculiares a nossa espécie. Além do mais, elas dizem respeito a processos de percepção amplamente inconscientes, embora sejam processos desenvolvidos, ensinados e controlados consciente e meticulosamente pelo exercício da observação científica. O hábito perceptivo pode ser moldado e corrigido pela razão, mas ele não é *da* razão, pelo menos não da razão discursiva, consciente e voluntária. Mas isto não torna tais hábitos *ipso facto* irracionais. Não há nada individual, arbitrário ou místico acerca desse tipo de psicologia. A ciência depende crucialmente de suas próprias ontologias, muito diversas das ontologias do senso-comum, arduamente elaboradas a partir de cacos de evidência como um mosaico é montado a partir de milhares de pequenas pedras de diversas cores e formas. É a observação, fundamentada em hábitos treinado coletivos e cultivados, que funde estes pedaços e peças em uma pintura – frequentemente uma pintura em sentido literal, feita a partir das técnicas de visualização científicas. É esta pintura, apreendida num relance, de uma só vez, que garante a firme existência de um mundo. Não é exatamente a visão dos anjos, que, de acordo com Boaventura e Aquino, viam apenas formas universais, não indivíduos particulares. De modo algum é uma metafísica, nem a perspectiva de Deus, mas apenas uma ontologia para humanos, com seus olhos escancaradamente abertos.

## OBJETIVIDADE E IMPARCIALIDADE: VIRTUDES EPISTÊMICAS NAS HUMANIDADES\*

### Introdução: Objetividade versus Justiça

Por mais de um século, as relações entre as humanidades e as ciências foram definidas em grande parte por oposição: *Geistes-* versus *Naturwissenschaften*, ideográficas versus nomotéticas, interpretativas versus explanatórias, orientadas para o passado versus orientadas para o futuro. Essas oposições foram marteladas nos *Festreden* de Dilthey, Windelband, Helmholtz e outros luminares das precursoras universidades alemãs e refletiram o prestígio emergente e o poder das ciências naturais no último quarto do século XIX. Desde então, a história e a filosofia da ciência na maior parte das tradições europeias tem sido dominadas por investigações sobre as ciências naturais: uma história comparada das humanidades está apenas começando a ser escrita, e por enquanto ainda não existe epistemologia das humanidades. Ainda assim, as histórias das humanidades e das ciências tem se entrecruzado desde pelo menos o século XVI, em múltiplos níveis: métodos, instituições, ideias e também virtudes epistêmicas. A objetividade é uma dessas virtudes epistêmicas compartilhadas. Ela emergiu tanto nas humanidades quanto nas ciências no século XIX. Mas, ao menos em algumas das humanidades, ela foi precedida por uma virtude epistêmica mais antiga: a imparcialidade.

Devo começar com Nietzsche, que inscreveu o ponto de que tratamos nesse texto em uma sentença lapidar: “Objetividade e justiça não tem nada a ver uma com a outra”<sup>1</sup>. Imparcialidade é um valor antigo, jurídico; objetividade

\* Tradução de Francine Iegelski. Publicado originalmente como: “Objectivity and Impartiality: Epistemic Virtues in the Humanities”. In: R. Bod; J. Maat; T. Weststeijn (eds.), *The making of the humanities. Vol. 3: The modern humanities*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2014, pp. 27-41.

<sup>1</sup> Friedrich Nietzsche, ‘Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben’ [1874], in \_\_\_\_, *Unzeitgemäße Betrachtungen*, ed. Peter Pütz (Berlim: Goldmann Verlag, 1992), 75-148, § 112.

é um valor científico bastante moderno. Nietzsche admirava a severidade do homem justo, que deve elevar a si mesmo acima daqueles que seriam julgados, mas ele zombava das pretensões do historiador objetivo, “que se não é *em nada preocupado* por tal momento do passado (...), é a isso que chama de ‘objetividade!’”<sup>2</sup>! Eu chamo Nietzsche como minha principal testemunha porque ele foi ao mesmo tempo o produto mais bem-acabado e o crítico mais ácido das novas instituições de ensino acadêmico que forjaram novas virtudes epistêmicas, como a objetividade, nas humanidades.<sup>3</sup>

Em nosso próprio tempo, as palavras “imparcial” e “objetivo” são usadas quase como sinônimos, especialmente pelos historiadores. Meu objetivo aqui é mostrar que essas virtudes tão caras para os historiadores têm histórias próprias e nem sempre harmoniosas. Durante o século XIX, quando a história se tornou uma ciência “objetiva” autoconsciente, especialmente na Europa germanófila, as tensões entre imparcialidade e objetividade se tornaram agudas, como Nietzsche percebeu. A fim de tornar mais claras as diferenças entre os objetivos da imparcialidade e da objetividade na história, devo começar por um esboço de como a imparcialidade foi pregada e praticada por historiadores dos séculos XVIII e XIX, especialmente no contexto cada vez mais volátil das histórias nacionais. Em seguida, me volto para a objetividade, argumentando que ela residiu primariamente em certas técnicas aplicadas ao objeto da história, bem como em certas atitudes em relação a ele. Tanto as técnicas quanto as atitudes vieram claramente à tona na longa controvérsia travada entre filólogos clássicos e historiadores da Antiguidade acerca dos discursos em Tucídides: ele traiu seus próprios princípios metodológicos ao reconstruí-los tão livremente? Concluindo, eu coloco a questão nietzschiana sobre como a religião ascética da objetividade dominou os historiadores no século XIX.

## Imparcialidade

Para o público letrado do século XVIII, a principal utilidade da história consistia em suas narrativas verdadeiras das vidas e eventos apresentados como guias ao mesmo tempo morais e práticos para os leitores. Nesse modelo retórico, humanista, a história educava tanto o julgamento quanto o caráter pelo exemplo. As mais ambiciosas formas de história filosófica também

<sup>2</sup> *Ibidem*, § 114.

<sup>3</sup> Para a definição de “virtudes epistêmicas” e um balanço do desenvolvimento da objetividade nas ciências naturais, ver Lorraine Daston and Peter Galison, *Objectivity* (Nova Iorque: Zone Books, 2007).

buscavam generalizações universais, especialmente nos reinos da política e da natureza humana. A imparcialidade desse ramo da história era frequentemente apresentada em sentido literal: não tomar o partido de nenhuma das partes cujas palavras e ações eram recolhidas na história. A máxima de Tácito era frequentemente citada: *Sine ira et studio* (sem ódio e sem paixão). De modo algum a imparcialidade implicava em neutralidade de valor por parte do historiador. Pelo contrário, o objetivo da imparcialidade histórica era alcançar conclusões sólidas sobre assuntos morais que entraram em cena nas guerras e conflitos políticos do passado, tal como o objetivo da imparcialidade jurídica era alcançar um veredicto em assuntos legais em casos civis e criminais.<sup>4</sup> Adam Smith chegou ao ponto de fazer da imparcialidade a base de toda moralidade: “Nós nos esforçamos para examinar nossa própria conduta da maneira como imaginamos que qualquer outro espectador justo e imparcial a examinaria”.<sup>5</sup> É nos escritos sobre história e moral do século XVIII que a metáfora da imparcialidade como flexibilidade perspectiva se consolida: a ética da imparcialidade de Adam Smith exige que mudemos nossa posição.<sup>6</sup>

Não havia nada de necessariamente relativista nessas metáforas perspectivísticas da imparcialidade. Assim, por exemplo, *The Decline and Fall of the Roman Empire* (1776-1788), de Edward Gibbon, apresentou um retrato minucioso e bem equilibrado dos costumes e caráter dos bárbaros germânicos, e muito da vivacidade de sua descrição vem do fato de que ele tenta ver o mundo da perspectiva dos Godos e dos Vândalos, indo muito além das observações fornecidas por Tácito:

A alma lânguida, oprimida pelo seu próprio peso, ansiosamente reclamava uma nova e poderosa sensação; e a guerra e o perigo eram as únicas diversões adequadas ao seu temperamento feroz. O som que despertava o germano para as armas era agradável para seu ouvido. Ele o despertou de uma letargia desconfortável, deu a ele uma busca ativa e, através do pesado exercício do corpo e das violentas emoções da alma, o restaurava para um sentido mais vívido da sua existência.

Mas a habilidade empática de Gibbon para imaginar os estados da alma de um guerreiro germânico de modo algum implicava em simpatia ou limitava o julgamento esclarecido do historiador sobre o estado da civilização germânica – ou antes, a sua falta de civilização:

<sup>4</sup> Sobre os paralelos entre a imparcialidade jurídica e a histórica na lei inglesa do começo da modernidade, ver Barbara Shapiro, ‘The Concept of Fact: Legal Origins and Cultural Diffusion’, *Albion* 26 (1994), 227-252, especialmente p. 235.

<sup>5</sup> Adam Smith, *The Theory of Moral Sentiments* [1759], ed. D.D. Raphael e A.L. Macfie (Oxford: Oxford University Press, 1976), 110.

<sup>6</sup> *Ibid*, 135.

Os germanos, na era de Tácito, não estavam familiarizados com o uso das letras; e o uso das letras é a principal circunstância que distingue um povo civilizado de uma horda de selvagens, incapazes de conhecimento ou de reflexão. (...) Eles passaram sua vida num estado de ignorância e pobreza que alguns poetas acharam por bem dignificar dando-lhe o nome de simplicidade virtuosa.<sup>7</sup>

Escolhi de maneira consciente uma passagem sobre os germanos. As mais acirradas disputas do século XIX sobre imparcialidade histórica envolveram historiadores franceses e alemães que, tão frequente quanto os encontros entre os povos germânicos e os romanos nos tempos antigos e medievais, acusavam um ao outro de lutar as batalhas de hoje com munição da história de ontem. Entre os mais ferozes desses confrontos esteve aquele entre dois eminentes historiadores da Antiguidade, Numa Denis Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen, acerca da nacionalidade dos habitantes da Alsácia-Lorena no despertar da Guerra Franco-Prussiana. Mommsen, em duas cartas enviadas a um jornal milânês em julho-agosto de 1870<sup>8</sup>, argumentou, apoiando-se na língua e na raça, que os alsácios eram de nacionalidade germânica. Em outubro de 1870 Fustel de Coulanges respondeu indignado:

Mas eu me espanto que um historiador como o senhor se preste a ignorar o fato de que não é nem a raça nem a língua que faz a nacionalidade (...). A pátria é aquilo que se ama. Pode ser que a Alsácia seja alemã pela raça e pela língua; mas pela nacionalidade e pelo sentimento da pátria ela é francesa.

Fustel de Coulanges acusou Mommsen e o exército prussiano de impor a nacionalidade pela conquista.<sup>9</sup> Essa era uma colisão frontal acerca de um assunto que inflamava paixões nacionalistas nos dois lados do Reno, mas aspectos dessa polêmica deslizaram em direção a trabalhos históricos mais rarefeitos sobre tópicos aparentemente muito distantes da Guerra Franco-Prussiana. Em uma nota de 1877 em que discutia se uma lei germânica do

<sup>7</sup> Edward Gibbon, *The Decline and Fall of the Roman Empire* [1776-1788], introdução de Hugh Trevor-Roper, 3 vols. (Londres: Everyman, 1993), vol. 1, 246, 242-243.

<sup>8</sup> O exército prussiano foi mobilizado em 15 de julho de 1870; por volta de 6 de agosto de 1870, a Alsácia foi dominada pelas forças alemãs. Theodor Mommsen publicou duas cartas endereçadas ao povo italiano no jornal milânês *La Perseveranza*, "La Guerra" (10 de agosto de 1870) e "La Pace" (20 de agosto de 1870); a situação da Alsácia-Lorena é discutida na segunda carta. Ver Lothar Wickert, *Theodor Mommsen. Eine Biographie*, 3 vols. (Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1959-1980), vol. 4, 170-179.

<sup>9</sup> "L'Alsace est-elle allemande ou française?" Réponse à M. Mommsen (professeur à Berlin), Paris, 27 de outubro de 1870, reimpressa em François Hartog, *Le XIXe siècle et l'histoire. Le cas Fustel de Coulanges* (Paris: Presses Universitaires de France, 1988), 376-382.

século V permitia a divisão da terra entre romanos e bárbaros, a análise filológica de Fustel de Coulanges era meticulosa, e sua conclusão (de que os burgúndios de modo algum cederam seu território para os invasores germânicos) estava cientificamente caucionada. Mas uma observação repleta de relevância para a Europa em 1872, mais do que em 472, se esgueirou no parágrafo final: "Era um sistema bem cômodo dizer que os germanos vieram como vencedores, que eles confiscaram o solo dos vencidos e que eles o haviam dividido ao acaso. Não podemos mais nos contentar com essas generalidades vagas e falsas".<sup>10</sup> E, em 1872, numa resenha de um livro sobre as origens do Império Germânico<sup>11</sup>, após reprovar os historiadores alemães por seu patriotismo e os historiadores franceses por sua germanofilia mimetizadora, Fustel de Coulanges notou com satisfação que o livro resenhado mostrou que "a Germânia, enquanto nação civilizada, é obra de Roma e da Gália (...) o progresso intelectual, social, moral não foi operado na raça germânica por um desenvolvimento interno, e nunca foi o produto de um trabalho nativo".<sup>12</sup> Fustel de Coulanges estava consciente, claro, de que tais sentimentos estavam em desacordo com a louvada imparcialidade da história, e ansiava por "essa sedução da imparcialidade perfeita que é a castidade da história". Mas logo em seguida ele deixou claro que a história imparcial, a "história casta", era, aos seus olhos, "essa verdadeira Ciência francesa de antigamente, essa erudição tão calma, tão simples, tão elevada de nossos beneditinos, de nossa *Académie des Inscriptions*". Em todo caso, independente das opiniões sobre a imparcialidade dos historiadores beneditinos, esses tempos puros e tranquilos haviam ficado para trás em definitivo. Em uma época belicosa como a sua, mesmo a ciência e o aprendizado devem erguer espada e escudo. Além disso, não conseguiu deixar de acrescentar, o erro dos historiadores alemães começou a partir do momento em que escreveram sob o signo da *Vaterland*. Para eles, a ciência da história (e Fustel de Coulanges era tão intransigente quanto seus colegas alemães na sua insistência de que a história era uma ciência) não era um fim em si, mas um meio para a promoção de interesses nacionais.

Fustel de Coulanges não errou o alvo por muito quando indiciou historiadores alemães como Wilhelm von Giesebrecht pelo patriotismo

<sup>10</sup> N.D. Fustel de Coulanges, "Les lois germaniques indiquent-elles un partage des terres entre Barbares et Romains? [1877]" in *Nouvelles recherches sur quelques problèmes d'histoire*, ed. Camille Jullian (Paris: Librairie Hachette, 1891), 279-305.

<sup>11</sup> Jules Zeller, *Origines de l'Allemagne et de l'Empire germanique* (Paris: Didier, 1872).

<sup>12</sup> N.D. Fustel de Coulanges, "De la manière d'écrire l'histoire en France et en Allemagne depuis cinquante ans", *Revue des Deux Mondes* (1<sup>o</sup> setembro 1872), reimpresso em Hartog, *Le XIXe siècle*, 382-392.

estridente de seus trabalhos<sup>13</sup>. Quando o estado-nação se tornou o protagonista das narrativas históricas, a representação do passado a serviço de interesses nacionalistas presentes se tornou uma tentação constante. Essa tentação não era irresistível: Leopold von Ranke, por exemplo, concebeu seu *Geschichten der romanischen und germanischen Völker* (1824) a partir de “seis grandes nações”: francesa, espanhola, italiana, germânica, inglesa e escandinava. Mas ele insistiu sobre sua unidade essencial (apesar do fato de que elas estavam constantemente em guerra entre si durante o período em questão, de 1494 a 1514), e deixou cada nação se revezar como protagonista na sua narrativa já que, conforme sua famosa frase, “por vezes as Mãos de Deus estavam sobre elas”<sup>14</sup>. No entanto, a geração seguinte de historiadores alemães, embora tenham unanimemente adotado os novos métodos aos quais os nomes de Niebuhr e Ranke foram intimamente associados, incluía figuras como Heinrich von Sybel e Georg Gervinus, que explicitamente rejeitaram a doutrina da imparcialidade de Ranke. Na defesa pública de sua dissertação de doutorado na Universidade de Berlim, em 1838, Sybel transformou “*Cum ira et studio*” em seu lema e, mais tarde, criticou a neutralidade calculada de seu professor Ranke como fria, incolor e talvez até mesmo covarde<sup>15</sup>. Gervinus, na sua história da literatura alemã, também exortou a ciência da história a tomar as rédeas da vida com as duas mãos, e viu no engajamento político – uma posição que Ranke criticava como não-científica – a razão da grandiosidade de Maquiavel como historiador; para Gervinus, a tão louvada imparcialidade de Ranke era simplesmente um sinal de impotência política<sup>16</sup>. Friedrich Nietzsche e Heinrich von Treitschke também tinham duras críticas contra o que eles viam como o autoimposta eunuquismo da escola rankeana no que diz respeito à imparcialidade. Ainda assim, com a notável exceção de Nietzsche, a quem eu devo retornar, todos eles, mesmo o atizador político Treitschke, acreditavam que a objetividade histórica era essencial, uma das gloriosas conquistas da historiografia do século XIX. Essa é uma posição que desconcertou e exasperou

<sup>13</sup> *Ibid.*, 387; Wilhelm von Giesebrecht, *Geschichte der deutschen Kaiserzeit*, 6 vols., (1860-95).

<sup>14</sup> Leopold von Ranke, *Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514* [1824], 2ª ed. (Leipzig: Duncker und Humboldt, 1874), xv-xxx.

<sup>15</sup> Heinrich von Sybel, *Über den Stand der neueren deutschen Geschichtsschreibung* [1856], citado por Wolfgang J. Mommsen, “Objektivität und Parteilichkeit im historiographischen Werk Sybels und Treitschkes”, in Reinhart Koselleck, Wolfgang J. Mommsen, and Jörn Rüsen (eds.), *Objektivität und Parteilichkeit in der Geschichtswissenschaft* (Munique: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1977), 134-158.

<sup>16</sup> Jörn Rüsen, “Der Historiker als ‘Parteimann des Schicksals’: Georg Gottfried Gervinus und das Konzept der objektiven Parteilichkeit im deutschen Historismus”, in Koselleck et al. (eds.), *Objektivität und Parteilichkeit*, 77-124.

seus sucessores<sup>17</sup>. Na seção seguinte, eu tentarei explicar como foi possível que esses historiadores abraçassem a objetividade enquanto abandonavam a imparcialidade.

## Objetividade

Seria altamente enganoso dizer que os historiadores do século XIX concordavam sobre os significados de imparcialidade ou de objetividade, muito menos sobre as relações entre as duas. Se elas admitiam muita dilatação e sombreamento é justamente porque essas duas palavras, bem como os ideais e as práticas que elas representavam, eram tão centrais para o *ethos* dos historiadores, e, portanto, tão inevitáveis em polêmicas. É impossível fazer justiça ao espectro de posições aqui. Em vez disso, quero me concentrar nos sentidos centrais de objetividade que foram amplamente aceitos entre os historiadores do século XIX, por mais que eles tenham divergido nos elementos mais penumbrosos. No centro desse sentido central estavam as práticas do novo estilo de historiador científico. Embora nem todos – talvez até nenhum – esses métodos fossem inteiramente novos para Ranke e seus alunos (Fustel de Coulanges acreditava que eles haviam sido inventados pelos beneditinos e por Mabillon muito antes), eles foram, no entanto, percebidos pela maioria dos historiadores do século XIX como os responsáveis por finalmente estabelecer sua disciplina em uma firme fundação científica. Nas bordas, por assim dizer, do sentido central de objetividade estava o vago, porém forte sentimento de restrição científica, que julgava precisamente até que ponto a evidência em mãos poderia ser empurrada ou impedida de ser empurrada mais além.

A posição de Gustav Droysen, como apresentada em seu influente *Grundriss der Historik* (1867), é particularmente instrutiva nesse contexto, pois ele defendeu a objetividade histórica ao mesmo tempo em que rejeitava, por um lado, o positivismo histórico à la Henry Herbert Buckle (que buscou leis determinísticas da história baseado em dados estatísticos) e, por outro, o romance histórico à la Macaulay e Michelet. Droysen descartou o culto dos “fatos puros” como superstição, a busca de leis na história como erro de julgamento e a fé de que a história pode acessar verdades não-mediadas sobre o passado como criminosamente ingênuo. Foi a maior conquista da “*historische Kritik*” [“*crítica histórica*”], desde Niebuhr, ter mostrado que os historiadores podem apenas vislumbrar o passado através de um vidro escurecido, através

<sup>17</sup> Wolfgang J. Mommsen, por exemplo, conclui que Sybel foi um pensador superficial e que Treitschke era uma alma dividida: W.J. Mommsen, “Objektivität und Parteilichkeit”, 138, 146-147.

de fontes fragmentadas, cada uma delas tendo sido carimbada com sua própria perspectiva parcial e partidária. Decodificar essas perspectivas era a essência da *Quellenkritik* [crítica das fontes], como Droysen explicou: primeiro, determinar de quê tratavam as fontes; segundo, averiguar com quais “colorações” gerais ela foi impregnada pelas concepções reinantes do tempo e lugar; e terceiro, discernir a “coloração” mais individual acrescentada pelo indivíduo que escreveu a fonte. *Quellenkritik* foi a prática sistemática de identificação, contextualização e crítica. Nada a respeito de uma fonte era autoevidente; ela deve ser lida cautelosamente, a partir de todos os ângulos, de trás para frente. Qualquer um que esperasse que os fatos históricos falassem por si mesmos, ou enxergasse as fontes como janelas transparentes com vistas para o passado era *ipso facto* taxado de amador – e ainda por cima perigosamente subjetivo, já que o sentido só poderia então ser projetado nas fontes opacas. Mesmo com a ajuda da *Quellenkritik* os riscos do subjetivismo eram grandes, e Droysen recomendou outras regras para resgatar a interpretação histórica dos voos da imaginação.<sup>18</sup>

A fonte da objetividade histórica repousa nas técnicas da crítica histórica. Assim como a objetividade mecânica nas ciências naturais fetichizou rígidos procedimentos e protocolos, a objetividade na história exigia um respeito disciplinado pelos métodos. A verdade “objetiva” do passado era para sempre inalcançável, mas os métodos do historiador – e acima de tudo a consciência do historiador sobre as limitações desses métodos – não obstante qualificavam a história científica como objetiva. Contrastando com a arte, que deveria apresentar seu objeto como um todo suave e harmonioso, as ciências empíricas, inclusive a história, “não possuem mais rígida obrigação que a de determinar as lacunas que são condicionadas pelos objetos do seu empirismo, controlar os erros que emergem de sua técnica, examinar o escopo dos seus métodos”.

O historiador objetivo não deve ceder à tentação de generalizar prematuramente ou de edificar ou de entreter às custas dos fatos duramente conquistados que foram escavados dos arquivos e purificados pela *Quellenkritik*. Claro, não havia objeção *per se* ao estilo refinado, mas Droysen franzia a testa diante da prosa apaixonada de Michelet, que derramava sua própria subjetividade no passado. Mas essa “apreensão subjetiva” deveria ser constrangida pelas “medições objetivas e controles”<sup>19</sup>. Ranke, cujo lendário seminário foi o berço de todas essas “medições objetivas e controles” entre os

<sup>18</sup> Johann Gustav Droysen, *Grundriss der Historik* [1867, ed. final 1882], ed. Erich Rothacker (Halle/Saale: Max Niemeyer Verlag, 1925), 5, 18-19.

<sup>19</sup> *Ibid.*, 81, 84.

historiadores, renunciou a qualquer pretensão de escrita de uma história vívida, edificante: esse é o contexto de sua famosa declaração segundo a qual tudo o que ele queria fazer era “mostrar aquilo que realmente aconteceu” – mesmo que por meio de uma narrativa que era “muitas vezes dura, quebrada, cansativa”.<sup>20</sup>

Se a objetividade histórica repousa sobre os métodos da crítica histórica, é mais fácil compreender como historiadores politicamente engajados como Sybel e Treitschke puderam simultaneamente rejeitar a imparcialidade e afirmar a objetividade. Ambos afirmaram categoricamente sua fidelidade a esses métodos: se eles não eram o todo da história, eles eram suas fundações sólidas, científicas. Sybel incitava os historiadores a serem tanto políticos e artísticos quanto científicos, mas enquanto o historiador enquanto escritor pode dar livre reinado à imaginação, o historiador enquanto investigador crítico tinha “a obrigação de suprimir qualquer influência dos seus humores subjetivos”. Por mais que ele pudesse zombar dos eunucos da imparcialidade por conta da sua recusa em pôr a história a serviço da vida, Treitschke nunca duvidou que os exigentes padrões de pesquisa em fontes originais mereciam ser chamadas de objetivas e eram as bases para toda história digna desse nome.<sup>21</sup> O compromisso de Ranke de entender o passado em seus próprios termos exigia um altruísmo literal, uma tentativa de “apagar de alguma forma o meu eu”.<sup>22</sup> Os historiadores objetivos que aprenderam seu ofício nos seminários de Ranke se esforçaram para superar, e não para condescender, sua própria subjetividade. O custo dessa severidade foi a perda de grande parte do público leitor alemão, que, segundo Droysen reclamou inúmeras vezes, “quer ler, não estudar”.<sup>23</sup>

### Tucídides no banco dos réus

Para os historiadores, o santo patrono da sua disciplina sempre foi Tucídides. É, portanto, particularmente instrutivo observar como o próprio Tucídides foi julgado no tribunal da objetividade pelos classicistas e historiadores do final do século XIX e começo do XX. Duas questões, ambas girando em torno das celebradas *Methodensatz* [“declarações metodológicas”]

<sup>20</sup> Ranke, *Geschichten*, vii-viii.

<sup>21</sup> W.J. Mommsen, ‘Objektivität und Parteilichkeit’, 140, 156.

<sup>22</sup> Leopold Ranke, ‘Vorwort’, *Englische Geschichte, vornehmlich im 16. und 17. Jahrhundert* [1859-1868], citado em Rudolf Vierhaus, “Rankes Begriff der historischen Objektivität”, in Koselleck et al. (eds.), *Objektivität und Parteilichkeit*, 63-76.

<sup>23</sup> Droysen, *Grundriss*, 79.

no Livro I, capítulo 22 da *História da Guerra do Peloponeso*, introduziram a discussão sobre a objetividade histórica no trabalho acadêmico sobre Tucídides: primeiro, em que medida o próprio Tucídides estava conscientemente aspirando ao padrão de história objetiva; segundo, ele se manteve fiel a esse padrão, especialmente ao relatar discursos? A quantidade de tinta erudita derramada a propósito da correta interpretação do *Methodensatz* em línguas europeias modernas desde *circa* 1850 deixa qualquer um relutante em citar qualquer uma das traduções. Já que, no entanto, uma ideia geral do que Tucídides disse é uma pré-condição para compreender de que se tratava toda a agitação acadêmica, eu hesitantemente ofereço como ponto de referência a tradução de I,22 feita por Charles Foster Smith para a coleção *Loeb Classical Library*⁴:

As to the speeches that were made by different men, either when they were about to begin the war or when they were already engaged therein, it has been difficult to recall with strict accuracy the words actually spoken, both for me as regards that which I myself heard, and for those who from various other sources have brought me reports. Therefore, the speeches are given in the language in which, as it seemed to me, the several speakers

\* N. da T.: como a tradução para o inglês de I, 22 da *História da Guerra do Peloponeso* é parte da argumentação de Lorraine Daston, decidimos manter a versão de Charles Foster Smith no corpo do texto e apresentar no rodapé a tradução para o português feita por Mário da Gama Kury: "Quanto aos discursos pronunciados por diversas personalidades quando estavam prestes a desencadear a guerra ou quando já estavam engajados nela, foi difícil recordar com precisão rigorosa os que eu mesmo ouvi ou os que me foram transmitidos por várias fontes. Tais discursos, portanto, são reproduzidos com as palavras que, no meu entendimento, os diferentes oradores deveriam ter usado, considerando os respectivos assuntos e os sentimentos mais pertinentes à ocasião em que foram pronunciados, embora ao mesmo tempo eu tenha aderido tão estritamente quanto possível ao sentido geral do que havia sido dito. Quanto aos fatos da guerra, considere meu dever relatá-los, não como apurados através de algum informante casual nem como me parecia provável, mas somente após investigar cada detalhe com o maior rigor possível, seja no caso de eventos dos quais eu mesmo participei, seja naqueles a respeito dos quais obtive informações de terceiros. O empenho em apurar os fatos se constituiu numa tarefa laboriosa, pois as testemunhas oculares de vários eventos nem sempre faziam os mesmos relatos a respeito das mesmas coisas, mas variavam de acordo com suas simpatias por um lado ou pelo outro, ou de acordo com sua memória. Pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma ideia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará. Na verdade, ela foi feita para ser um patrimônio sempre útil, e não uma composição a ser ouvida apenas no momento da competição por algum prêmio." In: TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. de Mário da Gama Kury. 4ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, pp. 14-15. – (Clássicos IPRI, 2).

would express, on the subjects under consideration, the sentiments most befitting the occasion, though at the same time I have adhered as closely as possible to the general sense of what was actually said. But as to the facts of the occurrences of the war, I have thought it my duty to give them, not as ascertained from any chance informant nor as seemed to me probable, but only after investigating with the greatest possible accuracy [akribeia] each detail, in the case both of the events in which I myself participated and of those regarding which I got my information from others. And the endeavor to ascertain these facts was a laborious task, because those who were eyewitnesses of the several events did not give the same reports about the same things, but reports varying according to their championship of one side or the other, or according to their recollection.<sup>24</sup>

Deve-se manter em mente o fato de que as terminologias de objetividade e de subjetividade que vieram a ser regularmente aplicadas a essa passagem foram elas mesmas uma espécie de novidade em meados do século XIX, embora tenham se tornado rapidamente e amplamente enraizadas desde então. No trabalho pioneiro de Franz Wolfgang Ullrich, *Beiträge zur Erklärung des Thukydidés* (1846), que apresentou a hipótese de que Tucídides tinha composto sua história em duas partes (o corte seria em V,25), as palavras "objetivo" e "objetividade" dificilmente aparecem. Ullrich consistentemente traduziu a "akribeia" de Tucídides como "genaue Sorgfalt" ["cuidado minucioso"].<sup>25</sup> No entanto, em seus trabalhos posteriores sobre como Tucídides compôs sua obra, e particularmente naqueles que trataram da questão da autenticidade dos discursos que ele relatou, as análises de I,22 foram temperadas com o vocabulário da objetividade e da subjetividade.<sup>26</sup> O "mostrar aquilo que de fato aconteceu" de Ranke provavelmente foi um eco deliberado do I,22 de Tucídides.<sup>27</sup> Impressiona o quanto a importação a granel

<sup>24</sup> Thucydides, *History of the Peloponnesian War*, 4 vols., trans. Charles Forster Smith (Cambridge, MA: Harvard University Press, [1919] 1991), Loeb Classical Library, I,22, 38-41.

<sup>25</sup> Franz Wolfgang Ullrich, *Beiträge zur Erklärung des Thukydidés* (Hamburgo: Perthes-Besser & Mauke, 1846), 128-130.

<sup>26</sup> Ou antes, *Objektivität* e *Subjektivität*, já que boa parte dos trabalhos seminais sobre o assunto foi escrita em alemão. Para uma visão geral sobre o assunto, ver O. Luschnat, "Thukydidés", *Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, neue Bearbeitung, Supl. 12 (Stuttgart: Druckenmüller, 1970), cols. 1085-1354; William C. West III, "A Bibliography on the Speeches in Thucydides, 1873-1970" in Philip A. Stadter (ed.), *The Speeches in Thucydides* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1973), 124-126. Sobre as questões da composição e da autenticidade dos discursos, entre os trabalhos fundamentais estão: E. Meyer, *Thukydidés und die Entstehung der wissenschaftlichen Geschichtsschreibung* (Viena: Fromme, 1913), E. Schwartz, *Das Geschichtswerk des Thukydidés* (Bonn: Cohen, 1919), e W. Schadewaldt, *Die Geschichtsschreibung des Thukydidés: Ein Versuch* (Berlim: Wiedemann, 1929).

<sup>27</sup> Konrad Repgen, "Über Rankes Diktum von 1824: 'Bloss sagen, wie es eigentlich

e, na maioria das vezes, irrefletida desses termos modernos na análise do que Tucídides pode ter pretendido dizer em I,22 a propósito das relações entre os feitos e os discursos diverge do contexto das meticolosas análises filológicas de cada palavra e de cada construção nessa passagem. Cada obscuridade semântica, cada rugosidade sintática é explorada pelos acadêmicos com os poderosos instrumentos da filologia clássica, com uma sensibilidade para anacronismos e interpolações editoriais dignas do conto “A princesa e a ervilha”. Mas o enquadramento da objetividade e da subjetividade, que mal tinha cem anos em 1900, foi assumido quase sem um murmúrio.

Nesses trabalhos sobre o método histórico de Tucídides do final do século XIX e começo do XX, a primeira pergunta – Em que medida Tucídides aspirava aos padrões de objetividade histórica? – era geralmente respondida com uma afirmativa, ou simplesmente pressuposta. Assim, Max Pohlenz, escrevendo em 1919, afirma que Tucídides é o responsável pelo “estabelecimento inicial de uma orientação objetiva” nos *Methodensatz*, num bem-vindo contraste com as notórias liberdades de Heródoto no relato dos feitos e dos discursos.<sup>28</sup> August Grosskinsky, em sua tese de 1934, concorda pelo menos com esse aspecto da interpretação de Pohlenz: Tucídides se opôs à “arbitrariedade subjetiva de Heródoto” e, ao menos em seu relato dos feitos (*erga*) da Guerra de Peloponeso, fez um esforço em direção à “completa eliminação de qualquer subjetividade”.<sup>29</sup> Mesmo classicistas que desconfiavam que Tucídides talvez pudesse não ter aderido ao credo moderno da objetividade se sentiram presos na armadilha do seu vocabulário. Harald Patzer, em sua tese de 1936 sobre o que veio a ser conhecido como “a questão tucidideana”, reclamou que “os termos modernos ‘livre’ e ‘subjetivo’” eram responsáveis por muitas interpretações equivocadas sobre o tratamento dos discursos por Tucídides, mas foi incapaz de se livrar do peso acumulado dos comentários formulados em termos de oposição entre a objetividade ou a subjetividade dos discursos.<sup>30</sup>

De fato, uma das principais razões para a segunda questão – em que medida Tucídides se manteve fiel aos padrões da objetividade histórica, especialmente no seu relato dos discursos? – ter sido elevada à “questão

gewesen”, *Historisches Jahrbuch* 102 (1982), 439-449.

<sup>28</sup> M. Pohlenz, “*Thukydidesstudien*”, *Nachrichten von der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen, Philologische-historische Klasse* (Berlim: Weidmannsche Verlag, 1919), 56-82, 95-138; citado em August Grosskinsky, *Das Programm des Thukydides*, *Neue Deutsche Forschungen, Abteilung Philologie*, vol. 3 (Berlim: Junker u. Dünnhaupt, 1936), 26-27.

<sup>29</sup> Grosskinsky, *Programm*, 35, 45.

<sup>30</sup> Harald Patzer, *Das Problem der Geschichtsschreibung des Thukydides und die Thukydideische Frage*, *Neue Deutsche Forschung. Abteilung Klassische Philologie*. v. 6 (Berlim: Junker und Dünnhaupt, 1937), 36-37.

tucidideana” foi a transformação da distinção subjetivo/objetivo em questão inelutável para os historiadores na virada do século XX. Pode ter havido algum murmúrio já nos tempos antigos sobre Tucídides ter posto palavras nas bocas dos oradores<sup>31</sup>, mas seu valor e sua integridade como historiador raramente foram questionados. Nem seus métodos foram objeto de intenso escrutínio por acadêmicos de tempos passados: aparentemente I,22 se tornou *Methodensatz* apenas no final do século XIX. A preocupação com a autenticidade dos discursos e a objetividade dos seus métodos – mesmo a atribuição de uma metodologia a Tucídides – espelhava as preocupações dos próprios historiadores e filólogos do final do século XIX e começo do XX. Para meus propósitos, a resposta à pergunta se Tucídides inventou ou não os discursos e, caso sim, como e com qual propósito, é irrelevante: meu interesse é pela repentina urgência da questão e seu emaranhamento com o relativamente novo valor histórico da objetividade, particularmente a objetividade dos métodos. Para colocar a questão de modo muito simples, provavelmente simples demais: os esforços dos classicistas para reconciliar a edificante reputação de Tucídides como historiador (e eu ainda não encontrei um único comentador que acredite que sua reputação não era merecida) com o que eles vieram a enxergar como práticas “subjetivas” mostra em que medida a objetividade, em oposição à imparcialidade, dominou o *ethos* dos historiadores.<sup>32</sup>

### Uma nova religião

As dificuldades encontradas por esses e outros filólogos clássicos para responder tais *questions mal posées* – Tucídides tentou ser objetivo? Ele conseguiu? – emergem da incompatibilidade entre valores epistêmicos que

<sup>31</sup> Dionísio de Halicarnasso, *On Thucydides*, ed. e trad. W. Kendrick Pritchett (Berkeley: University of California Press, 1975), caps. 34-49, 26-49. No entanto, Dionísio está demasiadamente preocupado com o estilo retórico e a dicção nos discursos, e não com sua precisão enquanto registro literal daquilo que realmente foi dito. Ele critica Tucídides não por colocar palavras na boca dos oradores, mas por colocar as palavras erradas, por exemplo, no texto dos emissários atenienses do diálogo meliano: “Palavras como essas eram apropriadas para monarcas orientais se dirigindo a gregos, mas inadequadas para serem ditas por atenienses aos gregos que eles libertaram dos povos medos, ou seja, aquela justiça é a conduta normal entre iguais, mas a violência é [a lei] do forte contra o fraco” (capt. 39, 31; capt. 41, 33).

<sup>32</sup> Mais recentemente, alguns especialistas em Tucídides expressaram dúvida quanto à aplicabilidade da “objetividade” como categoria: ver especialmente Werner Becker and Kurt Hübner (eds.), *Objektivität in den Natur- und Geisteswissenschaften* (Hamburgo: Hoffmann u. Campe, 1976), 41-51.

tem diferentes significados e ditam diferentes práticas. A imparcialidade pode não exigir citações exatas; a verdade pode dispensar a *Quellenkritik*. O mistério da objetividade é como ela conseguiu, num tempo relativamente curto, se tornar tão proeminente entre os valores do historiador a ponto de engolir todos os outros. Aqui, mais uma vez, Nietzsche oferece uma pista.

O que Nietzsche mais detestava na objetividade histórica era seu ar de pio autoengano. Suas acusações de “superstição” e “mitologia” ecoam as acusações dos reformistas protestantes contra o papismo, que foram voltadas contra a religião em geral pelos filósofos do Esclarecimento. Nietzsche farejou no culto da objetividade histórica uma falsa fé:

Como, não haveria mais mitologias reinantes? Como, as religiões estariam à morte? Vede simplesmente a religião da potência histórica, prestei atenção nos padres da mitologia das Ideias e em seus joelhos esfolados! Não estão até mesmo todas as virtudes no séquito dessa nova crença? Ou não é abnegação quando o homem histórico se deixa reduzir a um espelho objetivo?<sup>33</sup>

Permanece a questão sobre como a nova religião da objetividade histórica, se era uma religião, ganhou tantos convertidos, e em tão curto espaço de tempo, já que ela prometia o oposto da imortalidade. É um verdadeiro problema nietzschiano, já que a religião em questão carregava consigo um distinto odor de ascetismo, de uma cerrada autorrestrrição para subordinar a eloquência ao método e o método à análise do erro. Os acólitos dessa nova e decididamente desconfortável religião da objetividade histórica eram quase todos formados no novo estilo de seminário de pesquisa iniciado pelas universidades alemãs reformadas e imitado por todo o mundo erudito no final do século XIX. De fato, foi o seminário de pesquisa que disciplinou as disciplinas. Foi o principal motor por trás da multiplicação dos jornais e das sociedades especializados. Nos seminários os estudantes aprendiam que *Wissenschaftlichkeit* significava método, e que por sua vez método significava o domínio de técnicas esotéricas por meio de longa e árdua aplicação. Se a técnica em questão era a paleografia aprendida no seminário de filologia em Berlim ou a análise do erro aprendida no seminário de física de Königsberg, o conhecimento do ofício transmitido pelo contato próximo dos professores com os alunos em nada se assemelhava à aprendizagem com um mestre. O brilhante substantivo *Wissenschaft* abrangeu associações de firmador de caráter a fazedor de cultura, mas o sóbrio adjetivo *Wissenschaftlich* se referia

<sup>33</sup> Nietzsche, “Vom Nutzen”, p. 127. [N. da T.: citamos a partir de NIETZSCHE, F. *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho. 2ª ed. São Paulo, 1978, p. 68. - (Os Pensadores).]

quase invariavelmente às técnicas abstrusas e meticulosas – aqueles muito metódicos “métodos de pesquisa” – que certificavam um trabalho, fosse um experimento ou uma edição, como objetivo.

Diligência, atenção ao detalhe minucioso, devoção à técnica, um *ethos* de responsabilidade e exatidão e os hábitos da discussão coletiva uniam os físicos treinados nos seminários aos filólogos treinados nos seminários. Todos tinham experimentado a transição gradual da repetição do conhecido (verificar fontes arquivísticas, produzir uma reação química) para o desconhecido; todos teriam experimentado “um mútuo dar e receber entre professores e alunos” e teriam sentido, nas palavras do filólogo Hermann Diels, “os invisíveis fios de confiança entre os participantes de tal Tíaso”.<sup>34</sup> “Tíaso” tem muitos significados em grego antigo, de uma festa báquica a uma tropa de guerreiros, e sem dúvida Diels, como virtuoso helenista que era, brincou com todas essas tonalidades de sentido em sua evocação do seminário. O centro que mantém unido todos os sentidos de “Tíaso” é o de pertencimento a um grupo de iniciados, especialmente uma confraria religiosa, e era nesse sentido de pertencimento que se deveria buscar o extraordinário poder do credo na objetividade histórica. O novo credo da objetividade histórica foi embebido e concretizado em seminários como o de Ranke, quando ele assumiu uma cadeira na Universidade de Berlim, que aconteceu por décadas em seu próprio estúdio privado no apartamento de Giesebrecht, todos os dias, exceto pela véspera de Natal, “quando os ouvintes ritualmente se rebelavam e ficavam em casa com suas famílias, para o grande desalento de Ranke”.<sup>35</sup>

### Conclusão: Intensamente desinteressado

Um dos mais curiosos aspectos da história da curiosidade científica é a transmutação da subjetividade desenfreada na mais pura objetividade. Ou, para dizer em outros termos, como o intenso interesse pelos objetos da investigação científica se transformou em desinteresse por tudo o mais. Desinteresse por aquilo que é mais próximo e querido é apenas a forma extrema de um foco preciso de interesse que exclui o restante do universo e concentra todo o intelecto, toda a emoção e energia em um único ponto, como um poderoso e ultrafino raio laser. Essa indiferença por 99,9% do restante do

<sup>34</sup> Diels, “Organisation”, 653-654.

<sup>35</sup> Kaspar Eskildssen, “Leopold Ranke, la passion de la critique et le séminaire d’histoire”, in Christian Jacob (ed.), *Lieux de savoir: Espaces et communautés* (Paris: Albin Michel, 2007), 462-482.

